



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

# 10ª Reunião da Câmara Técnica de Controle Ambiental, CTCA.

Brasília/DF.  
04 de Abril de 2016.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Bom,  
2 vamos lá. De bom dia para boa tarde, vamos tentar começar a dar os  
3 andamentos, ainda tem pessoas que está aguardando para a reunião, mas já  
4 vamos fazendo as formalidades iniciais. Bom, nós estamos abrindo a reunião da  
5 Câmara Técnica de Controle Ambiental, eu queria deixar claro que o rito da  
6 Câmara Técnica é diferente do Grupo de Trabalho. Então, o rito aqui é  
7 deliberativo, nós temos dois dias de reunião e vamos tentar assumir algumas  
8 deliberações. E peço novamente aos senhores e senhoras que colaborem, como  
9 sempre colaboraram, inclusive no Grupo de Trabalho, para que possamos cumprir  
10 a pauta do dia. Antes de passar para a pauta, eu queria que as pessoas fizessem  
11 uma apresentação e nominassem a instituição titular e suplente. Pela direita  
12 Eugênio.

13

14

15 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Bom dia. Hoje está bravo. Eugênio,  
16 Abema, na verdade, eu estou aqui como primeiro suplente, porque o titular não  
17 veio.

18

19

20 **A SR<sup>a</sup>. MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA (INEA/RJ)** – Mariana, Inea/RJ,  
21 titular.

22

23

24 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Andrea  
25 Struchel, Anamma/Sudeste, titular.

26

27

28 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Mateus Amaral, Ministério dos  
29 Transportes, primeiro suplente.

30

31

32 **O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI)** – José Quadrelli, CNI, segundo suplente.

33

34

35 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – João Carlos de  
36 Carli, primeiro suplente da CNA.

37

38

39 **O SR. ALESSANDRO MACHADO (Confea)** – Alessandro Machado, Conselho  
40 Federal de Engenharia e Agronomia.

41

42

43 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – Fidelis  
44 Paixão, represento as ONGs da Amazônia, eu faço parte da ONG Argonautas,

45 formalmente eu estou como suplente, mas sou titular. O documento deve estar  
46 chegando para fazer a substituição aí.

47  
48

49 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
50 **Velhas)** – Marcus Vinícius Polignano, Instituto Guaicuy, representante das  
51 entidades no âmbito nacional ambientalista, sou titular.

52  
53

54 **A SR<sup>a</sup>. ELISA ROMANO DEZOLT (CNI)** – Elisa Romano, da CNI, sou titular.

55  
56

57 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT,  
58 titular.

59  
60

61 **A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** – Dione Macedo, titular da segunda vaga do  
62 Governo Federal.

63  
64

65 **A SR<sup>a</sup>. LÍVIA MARQUES BORGES (DConama)** – Lívia Borges, do Departamento  
66 de Apoio ao Conama.

67  
68

69 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (DConama)** – Ana Lúcia  
70 Dolabella, do Departamento de Apoio ao Conama.

71  
72

73 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** –  
74 Raimundo Deusdará, eu sou titular do Ministério do Meio Ambiente no Conama e  
75 o presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Só para lembrar que se  
76 eventualmente nós tivermos que ter uma sessão de votos, e eu acho que amanhã  
77 vamos ter que nos utilizar desse mecanismo, os que votam são aqueles que estão  
78 com o prisma, os que são titulares. A plaquinha. Não é o veículo. A ideia geral da  
79 pauta de hoje gente, eu vou fazer uma ideia geral, depois já entramos na pauta, é  
80 uma apresentação da relatoria do Grupo de Trabalho; o relator do Grupo de  
81 Trabalho é a Abema, então o Dr. Eugênio Spengler fará uma apresentação da sua  
82 relatoria; uma breve avaliação dos resultados do GT. A deliberação sobre a  
83 eventual continuidade do GT, e caso nós avaliemos pela continuidade, faríamos  
84 igual fizemos na reunião passada, aprovaríamos um Termo de Referência que foi  
85 muito bom, porque de certa forma ordenou as discussões de rotina nas reuniões  
86 do Grupo de Trabalho e incluiríamos aí um cronograma também muito bom,  
87 porque nós temos que ter aí uma previsão, caso seja aprovado, por quanto tempo,  
88 o que faremos nesse tempo, eu tenho a impressão também que esse ponto de  
89 pauta é muito importante, seria a sistemática para as consultas regionais, eu acho

90 que é importante a Câmara deliberar sobre isso para que possamos,  
91 eventualmente, ter clareza dessas, estou chamamos de consultas, mas não sei se  
92 exatamente o termo é consulta, mas as consultas regionais, nós temos  
93 previamente definido, eu não sei se chegamos a votar, mas era Fortaleza,  
94 Florianópolis, não votamos, vamos decidir aqui, mas o indicativo foi Fortaleza,  
95 Florianópolis, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Belém; Sudeste tinha uma  
96 discussão, mas fizemos esse indicativo que temos que resolver onde deve ser  
97 resolvido, que é na Câmara Técnica de Controle Ambiental. Nós teríamos aí, eu já  
98 penso que hoje o item 4, que nós vamos ficar bem envolvidos, no próximo dia eu  
99 queria ter a colaboração dos senhores para fazermos uma operação pente fino  
100 nas contribuições da Consulta Pública Eletrônica, eu tenho certeza que muitas das  
101 contribuições cutucaram em função do avanço da discussão do GT, por exemplo,  
102 contribuições referentes a licenciamento na modalidade de registro. Como  
103 acabamos com isso, quer dizer, essa contribuição, apesar de válida naquele  
104 momento, não faria mais sentido sem ser atribuída e incluída. Então, teríamos  
105 que, em respeito a quem fez as contribuições na parte da manhã, dá uma geral  
106 nas contribuições e ver eventualmente o que é possível se aceito ou não. Então, o  
107 item sexto, que eu gostaria de explicar a regra de convivência para que não  
108 tivéssemos nenhum problema de entendimento. A ideia é que consigamos  
109 colocar, se for necessário, em votação alguns pontos da Resolução. Eu quero  
110 deixar bem claro para todos os membros que essa votação não é em caráter  
111 definitivo, a ideia é termos um texto mais enxuto para nas consultas regionais, ou  
112 para eventual reuniões do Grupo de Trabalho, ter um texto que sinalize melhor o  
113 processo de discussão, com menos entropia, com menos cor, com menos  
114 comentários. Então, se eventualmente nós chegarmos a conclusão no dia de  
115 amanhã, que é importante a Câmara sinalizar a sua posição e essa posição não  
116 for consensual, nós vamos fazer uma votação sim ou não de caminhar, o que não  
117 significa dizer, eu quero deixar bem claro, que essa votação é terminativa,  
118 eventualmente se houverem outras reuniões e aparecem textos melhores, ou  
119 conteúdos melhores, voltará para a Câmara Técnica de Controle Ambiental, um  
120 novo texto que vamos deliberar. Essa deliberação é preliminar, no sentido de  
121 apresentarmos um texto mais enxuto, mas vertebrado para uma possível consulta,  
122 para uma possível discussão posterior. Nesse sentido, vou terminar a minha fala  
123 inicial, vou passar para o Eugênio. Nós temos hoje dois textos, na verdade, nós  
124 pegamos o texto que saiu da Câmara do Grupo de Trabalho; a pedido dos  
125 membros do Grupo de Trabalho, nós fizemos uma assepsia, tiramos comentários,  
126 cores, letras maiúsculas para letras minúsculas, remissões, melhoramos as  
127 remissões, a numeração e esse texto que vamos trabalhar, espero que na parte  
128 da tarde de hoje, mas certamente amanhã, é um texto já mais fluido, onde tudo  
129 que foi eventualmente ajustado tem uma observação dentro do texto. Então, as  
130 pessoas fiquem seguras que não houve nenhuma alteração de mérito, de  
131 conteúdo, foi uma vertebração para permitir uma leitura melhor, mas fluida para  
132 eventualmente conseguirmos aprovar alguma coisa. Mais uma frase eu termino,  
133 dou a palavra para o Leandro. A outra coisa que nós fizemos nesse texto, bom, o  
134 outro texto mais colorido, mais arco-íris, ele está à disposição dos senhores

135 também, por isso que nós estamos trabalhando com dois monitores, se algum  
136 Conselheiro, membro da Câmara Técnica achar, quiser fazer um histórico de  
137 porquê aquilo foi realocado, nós temos como backup o texto anterior, o mesmo  
138 procedimento que fizemos na última reunião do Grupo de Trabalho. Para finalizar,  
139 por exemplo, foi solicitado que tivesse um capítulo específico sobre estudos  
140 ambientais. Então, nós fizemos um reordenamento na tentativa de pegar tudo que  
141 tratava de estudos ambientais e colocar em um determinado capítulo, mas sem  
142 modificar, sem alterar as contribuições dadas no Grupo de Trabalho. Então, assim,  
143 esse é o geral da pauta. Eu queria ver se tem alguma questão de ordem, se tem  
144 alguma questão de regra de convivência, porque eu passaria a palavra para o  
145 Eugênio, que é o relator, para fazer um relato do Grupo de Trabalho.

146  
147

148 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
149 **Velhas) –** A questão é só o seguinte: eu recebi somente o texto da versão GT,  
150 esse outro eu não recebi.

151  
152

153 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Nós  
154 terminamos que dia? Sexta-feira. Então, é o mesmo conteúdo, não tem mudança  
155 nenhuma, eu sei que é rápido, eu que tenho o meu tico e teco aqui na  
156 coordenação, não consigo acompanhar, mas você vai ter chance de acompanhar  
157 e ajustar. Agora, o que podíamos providenciar para amanhã é colocar uma cópia  
158 para todo mundo, porque já que terminou na sexta-feira. Ok. Podemos, você  
159 queria fazer um informe Eugênio a respeito da Abema, ou quer fazer o relatório  
160 logo? Está ok. Então, vamos iniciar o relatório do GT. Porque eu tinha informado,  
161 a Mesa tinha informado um relatório sobre Abema, houve alteração do suplente.  
162 Passou para ele.

163  
164

165 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) –** A única questão é que nós tínhamos  
166 uma dúvida em relação, houve uma alteração, na verdade, e que nós ficamos em  
167 dúvida, inclusive na sexta-feira, não é Sílvia? Se era São Paulo, mas agora eu  
168 confirmei com a Ana que realmente houve uma alteração na suplência, era só  
169 isso, era só para ter confirmação para evitar problema, porque se tivesse mantido  
170 a ordem anterior seria São Paulo aqui, é só isso para não ter problema com  
171 relação a isso. Bom, na verdade, esse relatório, eu vou fazer alguns comentários  
172 na verdade sendo fiel ao que fizemos encaminhamento aqui, porque todas as  
173 pessoas que estavam no Grupo de Trabalho estão nessa Câmara Técnica, a  
174 exceção de uma pessoa que representa o Confea aqui, não sei qual é o segmento  
175 que você representa. Todos os outros. Mas, enfim, me parece que todas as  
176 pessoas que são da Câmara Técnica também participaram do Grupo de Trabalho,  
177 então não tem novidade, ninguém vai apresentar nada de novo, é importante isso.  
178 O que eu pretendo e aí eu não vou fazer um apanhado da proposta e tudo. É  
179 pegar os principais pontos que eu acho que é aquele coração, art. 4, 5, 6 e 7, que

180 é o coração do negócio, que é onde bate fundamentalmente as questões e  
181 comentários. Primeiro, eu gostaria de registrar duas questões, que nós vamos ter  
182 que encaminhar antes de chegar na Plenária, que é a questão dos relacionados,  
183 intervenientes, envolvidos, um dia eu vou decorar esse nome, que nós como  
184 vamos tratar nessa Resolução, não vai tratar nessa Resolução, essa é uma  
185 questão. Temos inclusive uma dúvida em relação a se cabe ao Conama definir  
186 isso, porque estaríamos tratando de envolvidos que não são do Sistema Nacional  
187 de Meio Ambiente, como que isso bateria, se vincula ou não. Essa é uma questão,  
188 mas que na prática nós teremos que em algum momento tratar. A outra questão é  
189 da participação social e aí audiência pública, como que se dá a participação que  
190 também tem uma visão expressa por um grupo de que devemos trabalhar a  
191 atualização da 09, indo para além da audiência pública e trabalhando uma  
192 Resolução que detalhe e que determine com mais efetividade o que é essa  
193 participação social e como que ela se dá nas fases do licenciamento ambiental, no  
194 processo de licenciamento ambiental e que também é uma outra questão que vem  
195 aí. E a questão social, que é uma demanda também que tem de segmentos  
196 importantes, não só aqui dentro no Grupo de Trabalho, e que obviamente vem  
197 para a Câmara Técnica e vai até a Plenária, se vamos tratar aqui, se não vamos  
198 tratar, como que se trataria essa questão e qual é a linha de corte inclusive. Mas  
199 isso é uma demanda muito forte de Ministérios Públicos, principalmente alguns  
200 outros segmentos da sociedade. E que está relacionada também a discussão de  
201 envolvidos, na verdade, é isso, ela rebate muito na discussão de envolvidos, as  
202 duas são complementares na prática. Então, isso ficou latente, as discussões  
203 todas são latentes, não só aqui nesse espaço do Grupo de Trabalho da Câmara  
204 Técnica, mas em qualquer Fórum por onde nós passamos são questões que estão  
205 latentes nesse processo. Nós temos entendimento, aí nós temos um avanço  
206 bastante grande, em algumas questões que me parece que são importantes, a  
207 discussão grande nossa ficou na questão da classificação dos empreendimentos,  
208 aquele entendimento de que baseado, inclusive no que diz a Lei Complementar  
209 140 com base na natureza, levando em consideração porte e potencial, se  
210 estabelece uma graduação e uma classificação do empreendimento, que leva à  
211 modalidade de licenciamento ambiental, e o respectivo estudo ambiental a ser  
212 utilizado para a regularização ambiental da atividade do empreendimento. Isso me  
213 parece que ficou muito consensado entre nós, houve um nível de consenso  
214 bastante grande. Obviamente reportando que critérios de localização e critérios de  
215 uso de tecnologias mais eficientes poderão ser considerados pelos Estados, e  
216 pelos órgãos; pelos Estados através de Conselhos Estaduais de Meio Ambiente,  
217 ou pelos Conselhos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e também pelos  
218 órgãos responsáveis pelo licenciamento para uma reclassificação dos  
219 empreendimentos e das atividades a serem licenciados, conforme critérios de  
220 localização poderá ser um empreendimento com um licenciamento mais  
221 detalhado, que pode ser com EIA, mesmo que a classificação em si diria que não,  
222 mas simplificado caso a localização a tecnologia, que é utilizada, nos permite uma  
223 segurança maior em relação a isso. Nós definimos também e pactuamos aquela  
224 tabelinha que define a questão da classificação. Então, o potencial de impacto

225 vezes o porte do empreendimento que vai estabelecer a classificação e a partir daí  
226 o nível de estudo. E aí tem aquela matriz, na verdade, a matriz é essa tabelinha  
227 pequena que está dentro do texto, que estabelece seis níveis de classificação, um,  
228 dois, três, quatro, seis e nove, e a priori e aí também estabelece se em uma lógica  
229 já no artigo... Bom, aí remete a uma proposição de que nesse Conselho nós  
230 tenhamos um anexo, e aí não é a matriz, é um anexo com as atividades, ou  
231 conjunto de atividades a serem licenciadas, esse recorte nós ainda não  
232 analisamos, teremos que analisar o anexo, o conteúdo desse anexo e que  
233 façamos um esforço grande para definir o potencial poluidor como referencial a ser  
234 utilizado pelos entes federados na definição da classificação final pelos Conselhos  
235 de Meio Ambiente. Essa é uma outra questão que nós avançamos bastante  
236 grande, considerando que está em amarelo isso aqui no texto que eu tenho, e  
237 considerando que o porte seria definido pelos Conselhos Estaduais de Meio  
238 Ambiente que definiriam. Aí tem uma divergência de segmentos do Governo  
239 Federal que entende que precisa definir porte, se não do conjunto, pelo menos de  
240 algumas atividades e a própria Sociedade Civil também insiste, tem uma  
241 proposição de que devemos definir potencial e porte já a classificação final aqui.  
242 Mas há uma maioria que entende que essa questão tem que ser remetida aos  
243 Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, por questões exatamente de diferença  
244 que existe entre características econômicas, climáticas, ambientais, sociais de  
245 biomas, enfim, as características diferentes que nós temos entre uma Unidade da  
246 Federação e outra. Permite também que essa classificação seja feita, e aí permite  
247 que o Conselho com base nos critérios de uso de tecnologias e localização  
248 reclassifique afins de enquadramento para tipo de estudo, para definir, tanto um  
249 conjunto de atividades, ou um conjunto de tipologias pela Resolução do Conselho  
250 Estadual, do Conselho do Ente Federativo e também, ou então, individualmente o  
251 empreendedor solicite caso ele tenha entendimento de que a atividade dele com o  
252 uso de tecnologia, ou localização individual, poderia ter um licenciamento com  
253 menos complexidade de estudo ou não, ou mesmo o órgão ambiental, em uma  
254 análise preliminar, diz: olha devido às características desse empreendimento, nós  
255 seríamos um licenciamento único, mas nós vamos querer fazer ele faseado por  
256 isso ou por aquilo, ou não teria EIA e pode ser isso, levando em consideração  
257 esses critérios bastante objetivos. Então, essa é uma questão. A outra questão é  
258 no art. 5º, esse último era o art. 4º; o art. 5º trabalha uma vinculação entre a  
259 modalidade, aliás, a classificação da atividade e a modalidade de licenciamento  
260 ambiental. Então, ele aponta rapidamente a classificação um, que seria os menos  
261 complexos, modalidade de adesão e compromisso; a classificação dois poderia  
262 ser adesão e compromisso, ou licenciamento unificado; a classificação três, que  
263 seria, então, a nota três, a multiplicação de três, modalidade de licenciamento  
264 unificado; a classificação quatro: modalidade de licenciamento unificado ou em  
265 fases; classificação seis: modalidade de licenciamento em fases; e a classificação  
266 nove: modalidade de licenciamento em fases com ou sem EIA, na verdade a seis  
267 teria como princípio classificado seis, Estudo de Impacto Ambiental. Essa é a  
268 caracterização, os outros passam por aquela análise. A classificação quatro e  
269 cinco que se enquadre em licenciamento em fases seria em fases, mas sem

270 Estudo de Impacto Ambiental, com análise de impacto ambiental, mas com estudo  
271 menos complexo do que o EIA/RIMA e assim vai. Só para entender a classificação  
272 um, seria baixo impacto e pequeno porte; um vezes um, um. A classificação dois,  
273 pequeno porte e médio potencial poluidor, ou pequeno potencial poluidor e médio  
274 porte, multiplicação dois. Classificação três, pequeno porte ou alto potencial  
275 poluidor, ou grande porte e baixo potencial poluidor. Classificação quatro, que  
276 seria médio potencial e médio porte. Classificação seis, médio potencial e grande  
277 porte, ou grande porte e médio potencial. E classificação nove, que seria grande e  
278 grande, grande potencial e grande porte. Mas é só para entendermos por que  
279 chegamos a esses números claramente. E as modalidades de licenciamento  
280 ambiental já no art. 7º; o art. 7º diz que nós teremos, onde que ficou o art. 6º?  
281 Ajude-me a procurar, é na página 24 pela ordem que eu tenho do texto aqui,  
282 lembra? Então, na verdade, vocês veem no texto o 5º, depois passaria para o 7º,  
283 mas na verdade o 6º está fora de ordem aqui, ele está aqui como XX na página 9,  
284 que fala que os processos de licenciamento ambiental serão subsidiados por  
285 estudos ambientais correspondentes às modalidades de licenciamento ambiental,  
286 considerados os critérios de porte e potencial. Na verdade, aqui nós precisamos  
287 fazer uma discussão mesmo que o conceito é esse, mas eu acho que tem uma  
288 observação que é importante que nós aprofundemos aqui, tudo é Estudo de  
289 Impacto Ambiental, o que vamos definir é pela modalidade de licenciamento, pelo  
290 tipo de empreendimento qual é o grau de aprofundamento desses estudos, e se é  
291 anterior ou na fase de licenciamento, porque eu posso ter uma avaliação de  
292 impacto ambiental, pré-licenciamento ambiental, uma série de condições que eu já  
293 conheço previamente, ou o empreendimento, ou a região onde ele vai ser  
294 instalado. Então, essa é uma questão, mas um relatório de caracterização do  
295 empreendimento que ele vai adotar como referência o anexo. E aí nós discutimos  
296 também, me parece que isso foi consensado, que nós teremos além daquela  
297 tabela do anexo das tipologias, com potencial, nós teríamos mais quatro anexos,  
298 que seria o conteúdo mínimo de cada modalidade de estudo, que já tem uma  
299 proposta que foi encaminhada pela Abema, essa já foi encaminhada pela Abema,  
300 que eu creio que o pessoal deve ter recebido, que é o conteúdo mínimo e tem que  
301 entender que esse é o conteúdo mínimo, não é o conteúdo máximo, até porque o  
302 órgão ambiental no momento que recebe o pedido levando em consideração as  
303 características do seu Estado e necessidade ele vai dizer quais são outros  
304 aspectos que precisam ser avaliados dentro do estudo ambiental. E aplica um  
305 critério, trabalha um critério. Bom é isso. Aí no art. 7º, nós vamos trabalhar os tipos  
306 de licença ambiental, que são três modalidades de licenciamento ambiental: a  
307 licença ambiental em fases, licenciamento ambiental unificado, e licenciamento  
308 ambiental por adesão e compromisso. Tem um questionamento da Anamma e eu  
309 acho que da Sociedade Civil em relação a adesão e compromisso, mas ficou isso.  
310 E aquilo que vinha na proposta original, com licenciamento por registro, nós  
311 encaminhamos uma proposição de que ficará como um cadastro para aquelas  
312 atividades não passíveis de licenciamento ambiental, porque atividade não é na  
313 linha de corte, aquilo que pode ser dispensado, porque porte é insignificante. Mas  
314 que, às vezes, nós órgãos ambientais somos demandados a emitir um documento,



315 porque o banco exige, enfim, porque existe às vezes a necessidade. Então, em  
316 vezes de continuarmos isso, que demanda um esforço tremendo, isso passaria a  
317 ser um cadastro que imitaria uma espécie de certificado de inexigibilidade, que  
318 seria o termo que nós vamos adotar, ou que cada ente federado vai adotar para  
319 especificar essas questões. Então, ficariam na proposição que está aqui mesmo  
320 que não tenha consenso, nós temos hoje três modalidades de licenciamento  
321 ambiental propostas, em fases que pode ser com EIA ou sem EIA unificada, onde  
322 um único ato aprova localização, instalação e operação de empreendimento, e a  
323 licença e o licenciamento declaratório, na verdade, licenciamento declaratório que  
324 se dará por um processo de adesão e compromisso do empreendedor as normas  
325 e critérios previamente estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador. Essa que é  
326 a questão. Aí mantém aquela lógica dos tipos de licenciamento ambiental, no  
327 licenciamento em fases, a licença prévia, a licença de instalação, a licença de  
328 operação nos permite a emissão delas com concomitante, conjuntas, enfim, mas  
329 essa que é a questão e traz mais para o final. E aí eu vou parar, porque me  
330 parece que as questões mais essenciais da Resolução são essas, me desculpe,  
331 se não vai se alongar demais aqui, vai trazer aqui também a questão que justifica  
332 a questão da localização, a presença de instrumentos estratégicos de  
333 planejamento e gestão ambiental, como Zoneamento Ecológico Econômico,  
334 planos de recursos hídricos e os outros instrumentos previstos legalmente  
335 instituídos nas Políticas Nacionais de Meio Ambiente de Recursos Hídricos, ou  
336 outro porventura legalmente instituídos como elementos que deverão e poderão  
337 ser considerados para definição de reenquadramento, ou mesmo dos tipos de  
338 estudos a serem adotados se tivermos essas informações. Então, de uma forma  
339 geral, me parece e a minha intenção aqui, até para não me alongar, não é para  
340 esgotar o texto todo, mas trazer as questões centrais daquilo que foi discutido no  
341 Grupo de Trabalho, eu peço desculpas se eu não fui fiel a todas as questões, mas  
342 me parece que de uma forma geral foi mais ou menos por aí que que  
343 encaminhamos as discussões.

344

345

346 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –** Muito  
347 obrigado Dr. Eugênio, abro a palavra se alguém tem alguma observação e depois  
348 entramos no próximo ponto de pauta. Eu só gostaria de lembrar que  
349 diferentemente das reuniões do Grupo de Trabalho, esta reunião está sendo  
350 gravada e nós temos um rito bem diferente do grupo. Obrigado.

351

352

353 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
354 **Velhas) –** Só reforçar que realmente nós tínhamos outra dinâmica, muitas coisas  
355 não foram gravadas, efetivamente registradas, mas reforçar que eu acho o  
356 seguinte, quer dizer, o GT acabou trazendo consensos e dissensos, ele é o retrato  
357 daquilo que temos de consenso e dissensos nessa discussão da sociedade, eu  
358 acho que quando o Eugênio coloca essas questões da classificação da matriz,  
359 infelizmente ela veio praticamente no último GT. Então, na última reunião do GT,

360 então nós não tivemos possibilidade de aprofundar nesse processo da discussão  
361 e mesmo dos anexos que são propostas fundamentais para discutir o conjunto da  
362 obra aqui, porque, até então, nós estamos aqui falando de classificações de porte  
363 e tudo mais, sem ter claramente isso posto como proposta. Então, já reforçando,  
364 já colocando uma posição da necessidade que o GT continue, que o Grupo de  
365 Trabalho, eu acho que foi um espaço interessante para construir esse documento  
366 que está aí no primeiro copião, vamos dizer assim, de propostas, mas que eu  
367 acho que tem que continuar sendo aprofundada e entendo que o GT tinha uma  
368 representação interessante em termos de perfil de atores e que nós temos que  
369 avançar nesse sentido de aprofundar esse debate. Então, colocar isso que nós  
370 ainda temos muitos dissensos no conjunto da proposta e que precisam e até  
371 porque o tema é relevante, importante e extremamente polêmico. Então eu acho  
372 que a necessidade dessa polêmica andar nesse GT, até porque eu acho que o  
373 GT, apesar de todos os embates que tivemos, mas eu concordo que nós  
374 conseguimos avançar pelo menos no conceito mais amplo da proposta.

375

376

377 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Em relação  
378 ao texto do último trabalho do quarto GT e aqui fazendo voz juntamente com o  
379 pessoal da Sociedade Civil. O coração da Resolução, que é a matriz, a  
380 classificação, as modalidades de licenciamento e amarração de tudo isso que  
381 estava se discutindo ser um anexo, o prometido anexo que acabou não saindo ou  
382 saindo parcialmente, e acabou trazendo alguns questionamentos em relação aos  
383 municípios. No último quarto GT, nós colocamos a nossa preocupação dessa  
384 equação estar em consonância ou não com a Lei Complementar 140, mais  
385 precisamente o art. 9º, por quê? Porque o art. 9º remete a natureza, o porte e o  
386 potencial poluidor das tipologias que forem licenciadas pelos municípios aos  
387 Conselhos Estaduais, e a Resolução Conama, como está posta, acaba trazendo  
388 uma matriz, uma equação, uma tabela, que também remete ao tipo de  
389 licenciamento ambiental a modalidade de licenciamento ambiental e seus estudos  
390 correlatos. No último GT, nós até fizemos um esforço, mesmo não sabendo do  
391 conteúdo dos anexos, em contribuir com os estudos ambientais que os municípios  
392 praticam em regra em sede de licenciamento ambiental. Houve até aqui uma  
393 conversa com o André de retirarmos esses estudos, esperar os estudos que a  
394 Abema e o Ministério do Meio Ambiente tinham confeccionado para verificarmos a  
395 compatibilidade. Então, ele foi consensuado no sentido de termos boa-fé e  
396 confiança no trabalho do GT, todavia nós ainda queremos um espaço para poder  
397 fazer com que o Município se reconheça nessa dinâmica, porque nós entendemos  
398 que o Município, no interesse local ambiental, deve escolher tantas modalidades  
399 de licenciamento, quanto os seus estudos e pela redação aqui como está posta,  
400 os Conselhos Estaduais vão se ampliar, eles não vão dar oportunidade para os  
401 municípios decidirem, em sede local, qual modalidade e qual os estudos. Então,  
402 esse é um ponto que eu sei que é fulcral, como diz o Eugênio e repito aqui, é o  
403 coração da Resolução Conama, mas nós dos municípios queremos ter espaço  
404 para discutir, nós até fizemos uma proposta de artigo no último quarto GT, não

405 deu tempo de ser debatido, acabou sendo amarelado todos esses artigos  
406 referentes a classificação, ou matriz, como queiram falar, mas não deu tempo de  
407 discutirmos. Então, gostaríamos de um espaço para podermos também penalizar  
408 os interesses municipais nessa Resolução. Em relação a LAC, realmente foi a  
409 única modalidade que os municípios colocaram dúvidas, são mais de 5 mil  
410 municípios, entre nós não há um consenso, nós deixamos muito claro aqui, mas  
411 gostaríamos também que os municípios tivessem a oportunidade de internalizar  
412 ou não a LAC e em que situações. Essa também foi uma proposta de redação que  
413 nós inserimos no decorrer das últimas reuniões do GT Conama, e esse artigo  
414 também não foi debatido. Então, aqui é só para trazer à tona que nós nos  
415 municípios estamos muito ansiosos para poder internalizar os interesses locais na  
416 Resolução. Existem outros dispositivos, mas para não me alongar, eu vou colocar  
417 os dois principais.

418

419

420 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
421 Obrigado. Fidelis, você tinha pedido a palavra.

422

423

424 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas) – Sr.**  
425 Presidente e demais membros da Câmara Técnica, esses últimos dois, três meses  
426 que nós tivemos foram meses de intensos trabalhos aqui do nosso Grupo de  
427 Trabalho e de muita repercussão externa aqui também, nós acompanhamos  
428 várias manifestações públicas feitas, por exemplo, em artigos de jornais e revistas  
429 comentando o que estava acontecendo aqui, nós acompanhamos manifestações  
430 de organizações da Sociedade Civil, tanto de profissionais, quanto de ONGs e  
431 movimentos sociais, e o que se percebe no geral é uma preocupação e um temor  
432 por parte da sociedade em relação ao que nós estamos discutindo e aprovando  
433 aqui. A questão ambiental, apesar de ser considerada consenso e emergente, e  
434 necessária para toda a sociedade, se for perguntado a respeito do assunto,  
435 ninguém vai dizer que não é importante, relevante e necessário tomar  
436 providências, mas quando nós vamos discutir como fazer é que começam os  
437 conflitos, porque aí começam a entrar em choque diversos interesses e visões  
438 sobre como tratar o meio ambiente, para muitos apenas um recurso, para outros  
439 uma extensão da nossa existência. Então, esse assunto não é de pouca  
440 importância. A nossa apreensão, a nossa preocupação é não tomar decisões aqui  
441 precipitadas, por isso eu quero manifestar aqui primeiro a preocupação com a  
442 possibilidade de votarmos qualquer coisa aqui. Eu acho que nós temos trabalhado  
443 até agora na perspectiva da construção do consenso progressivo de propostas  
444 trabalhadas no máximo possível de redação comum e acho que esse espírito deve  
445 prevalecer, mesmo a Câmara Técnica tendo poder deliberativo. Seria um  
446 contrassenso nós votarmos aqui uma proposta enxugando a Resolução para  
447 enviar para a discussão nas audiências públicas, porque a própria sociedade  
448 receberia isso da seguinte forma: já votaram para que estão nos consultando? Se  
449 há divergências, se há diferenças aqui, elas também vão aparecer e vão ser

450 explicitadas nas audiências públicas, talvez até de forma mais profundas que aqui.  
451 Então, a minha sugestão, a minha proposta é que o documento vá com essa  
452 riqueza, porque eu considero uma riqueza, não vejo problema no dissenso, não  
453 vejo problema na divergência, o que eu vejo é que nós temos que ter um espírito  
454 para trabalhar na construção do consenso, mas a divergência em si não é um  
455 problema se houver o espírito da construção conjunta, da melhoria para o conjunto  
456 da sociedade. Então, primeiro eu quero manifestar essa preocupação; e segundo  
457 ratificar aquilo que o presidente colocou no início da sua fala, que é da  
458 necessidade de nós já deliberarmos, que o Eugênio também falou na fala dele, de  
459 marcarmos as audiências públicas e dá uma resposta para a sociedade, no  
460 sentido de que essa Câmara Técnica, esse Conselho não está rogando para si a  
461 atribuição única e exclusiva de deliberar sobre o assunto fulcral, fundamental do  
462 Sistema Nacional de Meio Ambiente, que é o licenciamento quer queiramos ou  
463 não. É isso.

464

465

466 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
467 Obrigado Fidelis. Eu fiz uma consideração inicial, que é como você bem colocou, é  
468 prerrogativa dessa Câmara em determinado momento se utilizar do princípio da  
469 votação, se eventualmente nós conseguirmos sair com consenso daqui, ótimo, o  
470 importante é orientarmos minimamente um texto plausível de ser lido por cristãos  
471 novos, porque nós estamos dentro do texto, já estamos envolvidos com o texto e  
472 já conseguimos até achar um auxiliar ou outro, onde se encontra determinado  
473 texto. Mas se nós pudermos caminhar por consenso não vejo problema, nós  
474 saímos com o texto por consenso. E de novo, qualquer posição aqui não é  
475 terminativa ainda, ela é simplesmente para orientar uma possível lida do texto de  
476 uma forma mais concatenada, de uma forma mais lógica. Entendo que já  
477 podemos passar, porque já é parte do próprio processo de discussão a respeito da  
478 avaliação dos resultados de GT, eu entendo que já foi feito mesmo durante o  
479 relato e durante as colocações da Andrea, do Fidelis e do Polignano. Podemos  
480 passar para o terceiro item de pauta, que é um item que gostaria que nós  
481 tratássemos de uma forma muito serena e objetiva, quer dizer, no sentido de  
482 chegarmos ao encaminhamento, de novo que não precisamos fazer votação, mas  
483 caso necessário faremos, mas de uma forma nós sempre termos na nossa visão  
484 que é um passo a passo, fazemos mais um passo agora, mas que também não  
485 podemos sinalizar que é uma caminhada sem fim. Eu acho que temos que ir  
486 avançando na proposta e a ideia agora é conversarmos um pouco sobre a  
487 questão da continuidade do GT, e eu estou aberto aí a sugestões e colocações.

488

489

490 **A SRª. DIONE MACEDO (MME) –** Por parte do Governo Federal, a nossa  
491 proposta seria de continuação do Grupo de Trabalho, objetivando finalizar essa  
492 minuta de Resolução, a análise dela, e também é uma proposta de o tempo  
493 necessário para que sejam feitas as audiências, e um tempo para avaliação  
494 dessas audiências pelo GT. Seria também nós podermos ponderar essa Consulta

495 Pública que foi feita, que nós não fizemos a ponderação disso no GT. Então, a  
496 nossa sugestão seria três meses de prorrogação, e o último mês seria para essa  
497 avaliação das consultas e das audiências para poder chegar mais arredondada  
498 aqui na Câmara Técnica.

499

500

501 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Em  
502 discussão. Nós do DConama temos uma proposta também e nós depois  
503 queríamos ver se poderíamos colocar a proposta que pode servir de proposta  
504 intermediária, sempre lembrando que é tudo aproximação sucessiva, se nós  
505 definirmos aqui um mês, dois, três, quatro, cinco e seis, não quer dizer que vamos  
506 conseguir fazer um, dois, três, quatro, cinco e seis; o importante é que tenhamos  
507 aqui uma flexibilidade ou um entendimento de que se retornarmos ao GT, como  
508 conseguir nesse GT mais eficiência, mais eficácia para que não tenhamos um  
509 processo aí turbulento de prorrogação ad eternum que não consigamos chegar a  
510 uma conclusão. Lembrando ainda que nós temos reuniões da Comissão pós-GT,  
511 ainda temos Plenária do Conama, quer dizer, nós temos um longo caminho de  
512 participação.

513

514

515 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Bom, na  
516 linha proposta pela Dione, nós entendemos também que seria muito salutar ter a  
517 continuidade do trabalho do Grupo de Trabalho, desculpa a redundância, dos  
518 nossos trabalhos. Para nós é interessante aqui, até por conta da fala inicial, nós  
519 gostaríamos que as nossas propostas fossem debatidas novamente, nós temos  
520 uma redação de um outro dispositivo para ser incluído no texto. Então, para nós  
521 seria muito interessante não só em relação aos anexos propostos na última  
522 reunião, mas também algumas questões com relação aos municípios que temos  
523 de importante continuar o debate. Também seria interessante que as audiências,  
524 não sei se eu entendi como que foi colocado, que as audiências ou consultas  
525 fossem também apreciadas pelo GT, nós estamos elaborando fortemente a leitura  
526 técnica, mas é importante que haja também a leitura comunitária e o GT possa  
527 confrontar o que nós estamos trabalhando aqui tecnicamente com o que a  
528 sociedade espera de nós. É importante nós recolhermos esse material da consulta  
529 que foi feita anteriormente, recolher o material dessas consultas que vão ser feitas  
530 agora no decorrer do nosso trabalho e nós tenhamos um espaço realmente para  
531 internalizar o que a sociedade espera de nós.

532

533

534 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Você fez uma referência que o  
535 Ministério fez a Secretaria do Conama tem uma proposta, antes de fazer o debate,  
536 nós poderíamos ouvir a proposta, me parece que também é na linha da  
537 prorrogação, para ouvirmos a proposta, porque nós debatemos sobre ela ou  
538 aprovamos.

539

540

541 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Eu assim a priori não  
542 seria a favor da volta do GT, mas posso compreender a necessidade dele, não  
543 seria um impedimento. Eu só gostaria que essa Câmara Técnica de hoje para  
544 amanhã primeiro fizesse uma limpeza boa, porque tem muita coisa que não é uma  
545 discussão enriquecedora, é uma coisa que precisa de realmente tomar decisão  
546 para ir naquele caminho e nada impedirá que o caminho em seguida seja revisto  
547 nas discussões posteriores, mas essa Câmara tem que dar um norte, tem que dar  
548 umas condições de contorno mínima, não deixar a coisa no sistema balneando aí  
549 tão complexo. A segunda coisa que eu acho que também o GT tem que receber  
550 umas regras do jogo, o que vai fazer, por quanto tempo, como que vai fazer, como  
551 nós fizemos da outra vez para também não ficar de novo aberto, e isso ser só uma  
552 questão protelatória, que nós não podemos esquecer que foi consenso aqui e  
553 entre todos os segmentos de que o licenciamento não vai bem. Então, protelar é  
554 achar que está indo bem. Então, protelar é uma decisão, não esqueçamos disso,  
555 protelar é uma decisão, é a decisão de que do jeito que está, está bem, e aí  
556 estamos sendo contraditórios conosco mesmo, porque se foi uma unanimidade  
557 aqui é de que do jeito que está, não está bem. Então, se do jeito que está não está  
558 bem, nós tenhamos coragem de mudar e não ficar enganando, protelando e não  
559 sair nenhuma solução.

560

561

562 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA) –**  
563 Obrigado. Então, por uma questão de ordem, nós vamos fazer a nossa proposta,  
564 que é uma proposta que inclui as consultas públicas, porque eu acho que temos aí  
565 uma possibilidade muito rica de, além de GT, de termos oxigenação dessas  
566 informações. Então, nós estamos incluindo na prorrogação as consultas públicas.  
567 Então, essas datas são tentativas e são tentativas na medida de não criarmos um  
568 esfriamento da condução do Grupo de Trabalho. Então, no próximo 14 e 15 de  
569 abril nós faríamos uma primeira reunião do GT no novo prazo, teríamos o  
570 indicativo no dia 25. Eu diria o seguinte, que passada a reunião de hoje, nós  
571 teríamos chance de encaminhar um texto mais arredondado, menos marcado,  
572 menos poluído; nessa reunião do GT, nós faríamos um esforço de ao invés de  
573 ficar repetindo discussões, tentar colocar situações novas, ou coisas para gerar  
574 reflexões nas consultas públicas, que aí nós faríamos a primeira consulta 25, a  
575 segunda consulta 27, a terceira consulta 29, a quarta consulta no dia 03 de maio,  
576 e a quinta consulta no dia 05 de maio. Passados isso, nós teríamos cerca aí de  
577 uma semana para tentar processar essas consultas públicas e faríamos uma  
578 reunião do GT no dia 12 e 13 de maio. A partir daí nós remeteríamos para a  
579 Câmara Técnica de Controle Ambiental algo que envolveria em cima de um texto  
580 mais arredondado as colaborações da reunião dia 14 e 15, incorporações do que  
581 poderíamos absorver nas consultas públicas e teríamos uma reunião de dois dias  
582 para submeter à Câmara Técnica de Controle Ambiental um novo texto para nós  
583 elencamos aqui na Câmara em que nível de evolução nós conseguimos e que

584 estágio nós poderíamos continuar dentro da Câmara Técnica de Controle  
585 Ambiental. Essa é a proposta.

586

587 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Bom, eu acho que está ok, até  
588 porque nós temos condições, como não são as mesmas pessoas, dá para fazer  
589 em média duas audiências, duas consultas por semana sim, porque não são as  
590 mesmas pessoas e no mesmo lugar, talvez quem vai acompanhar do Conama,  
591 nós da Abema vamos acompanhar talvez esse programa para essas questões. E  
592 aí só ver, não colocar, por exemplo, só para chutar, colocar de 25 em um lugar  
593 que facilita um único voo para dia 27, facilitar esse deslocamento da Sociedade  
594 Civil, quem queira e tal, só para darmos uma organizada aí e também já  
595 definirmos aí os locais, definir aqui os locais para que nós possamos aí, você mais  
596 ou menos citou no início, me parece que tem duas, dois locais que teriam um nível  
597 de disputa, vamos dizer assim, mas que vamos ter que definir, vai ter que  
598 deliberar aqui nesta Câmara Técnica sobre essa questão. A outra questão, eu não  
599 percebi, pode ser que eu não tenha prestado a devida atenção, quanto tempo  
600 vocês propõem a prorrogação do GT, por quanto tempo, porque aqui você coloca  
601 duas reuniões 14 e 15, e 12 e 13, que é um mês, me parece que duas reuniões  
602 não é o suficiente. Eu creio que depois da reunião, depois das consultas públicas,  
603 nós tenhamos que ter mais do que uma reunião e precisaríamos pactuar aqui  
604 também, podemos até discutir a metodologia de discussão a partir daí, com uma  
605 síntese e com uma limpeza do que vem, limpeza no sentido assim: aquilo que está  
606 repetido, aquilo que já está superado e vindo só com as propostas efetivas que  
607 venham das consultas públicas e tal para que possamos, não precisamos vir aqui  
608 ler tudo que foi falado, venhamos efetivamente com as propostas, com o nível de  
609 propostas em relação ao texto; e aquilo que é consenso de proposta que já está  
610 no texto, melhor, já está no texto, acabou, vamos discutir aquilo que é dissenso e  
611 ver para onde nós vamos. Então, na minha opinião discutir também aqui qual é o  
612 tempo de duração.

613

614

615 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Eu  
616 tenho a impressão que ele ficou precipitado, porque colocou as datas, mas a ideia  
617 seria final de maio.

618

619

620 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Bom, então, seriam dois meses.  
621 Então, é importante ter isso claro.

622

623

624 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Até  
625 porque essa jogada do dia 25, 27 e 29 está muito bonita no papel, mas é possível  
626 que quando formos ver dinheiro, deslocamento, temos que dar uma...

627

628

629 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Disponibilidade local que, às vezes,  
630 não tem, não são locais pequenos. Só para concluir, e aí sim, afirmar também que  
631 a Abema é favorável à prorrogação, não tem dúvida nenhuma com relação a isso,  
632 e dizer que tem que ter o quadradinho sim, tem que ter uma espécie de  
633 regulamento, porque uma das vantagens que nós tivemos nesses dois meses de  
634 trabalho, é que tinha uma regra bastante clara previamente estabelecida pela  
635 Câmara Técnica. Então, essa regra é fundamental, porque ela ajuda na  
636 metodologia e na dinâmica de discussão do Grupo de Trabalho. Então, eu acho  
637 que isso é fundamental, podemos olhar o que tínhamos votado anterior, algum  
638 ajuste que possa ser necessário, mas em linhas gerais a forma como nós tocamos  
639 o Grupo de Trabalho foi bem, porque tinha uma regra bastante objetiva e bastante  
640 clara.

641

642

643 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** –  
644 Polignano, depois eu passaria para o termo de referência, porque ele pode ficar  
645 mais claro.

646

647

648 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
649 **Velhas)** – Mas eu acho importante dilatar esse prazo, acho que realmente uma  
650 agenda tão comprimida, eu acho que estamos tendo um momento político do país  
651 que, às vezes, nós pecamos em não ouvir, não dialogar e por mais que isso  
652 possa, a princípio, parecer uma delação de prazo, na verdade, isso aí se refere a  
653 uma necessidade de ouvir, eu acho que temos que ouvir a sociedade, temos que  
654 interpretar o sentimento coletivo, temos que interpretar o sentimento dos  
655 municípios, enfim, eu acho que esse prazo, aquele cronograma ali está muito  
656 estreito, eu acho que sessenta dias é um prazo mínimo aí, eu acho que é até  
657 possível, houve até a proposta inicial de noventa dias. Eu acho que podemos  
658 tentar trabalhar com isso, porque quanto mais nós avançarmos no GT, fica mais  
659 fácil as decisões também aqui no nível da Câmara Técnica. Então, eu acho que  
660 ouvir realmente a sociedade, eu acho que aquelas datas de agenda estão muito  
661 estreitas, mesmo sendo pessoas diferentes, mas eu acho que tem que dilatar um  
662 pouco aquela questão da realização das plenárias. Uma coisa que assim, a  
663 primeira reunião do GT tem que vir com mais clareza nesse negócio todo da  
664 matriz das classificações, porque sem isso nós não vamos avançar, imagina,  
665 como que nós vamos colocar em discussão um processo de audiência pública se  
666 essa coisa não está devidamente colocada em termos de anexo. Então, isso tem  
667 que ser uma prioridade até no diálogo que vamos ter do primeiro GT, porque não  
668 vai dar para sair aqui amanhã já com uma coisa desse nível, não conseguimos  
669 fazer isso até agora. Então, isso tem que ser uma prioridade. Então, eu digo que  
670 logo no início do GT, essas questões têm que estar muito claras, ver o que é  
671 possível limpar do texto, tudo bem, eu acho que têm coisas, questões conceituais  
672 de definição que já dá para provavelmente bater o martelo e ficar mais limpo a  
673 deliberação para ficarmos com aquilo é essência e que precisa ser realmente



674 aprofundado o GT. Então, assim, de qualquer jeito, eu corroboro aqui as opiniões  
675 de que tentar comprimir em um espaço de trinta dias, é impossível. Eu acho que  
676 tem que ser para começar chutar uma bola aí no mínimo um sessenta dias para  
677 que possamos maturar dentro do GT e maturar o resultado do que nós vamos  
678 ouvir nesse debate público aí.

679

680 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Posso  
681 dar uma lida no termo de referência, enquanto tiver refletindo sobre o prazo. Não  
682 há alterações substantivas com relação ao primeiro. É um histórico do que  
683 aconteceu. Vamos no cronograma direto, porque naquela tabela nossa não está  
684 claro os dois meses, ficou só até aí, no texto fala o quê? Nós votamos sessenta  
685 dias, isso? Eu acho que o mais importante, eu posso está sendo reducionista,  
686 proposta inicial de sessenta dias. Essas datas já estão associadas e temos que  
687 discutir um pouco aqui os locais. É uma coisa.

688

689

690 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu estou  
691 pensando no Conama organizando tudo isso aqui, porque isso aqui tudo tem que  
692 ser organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Conama, eu estou achando  
693 datas muito juntas para você ter que ficar viajando de uma região para outra,  
694 porque se eu não me engano é uma por região.

695

696

697 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – Senhor  
698 Presidente, eu quero respaldar a proposta apresentada pelo outro Ministério, de  
699 que o prazo seja de noventa dias. Eu creio que nós temos pressa, mas não  
700 precisamos de açodamento, quanto melhor nós tivermos condições de ouvir, de  
701 organizar essas consultas, de ouvir, de possibilitar que municípios, que  
702 universidades, que outros setores da sociedade falem, expressem, mandem as  
703 suas propostas, mais consistente será a nossa Resolução, e menos  
704 enfrentamento obterá na sociedade. Eu volto a repetir, não adianta achar que aqui  
705 tem meia dúzia de iluminado que está resolvendo o problema do licenciamento  
706 ambiental no Brasil, que não tem e não somos, esse é um problema social que  
707 interessa a toda sociedade brasileira, não é de interesse só nosso. Então,  
708 precisamos ouvir sim, a minha proposta é noventa dias, conforme ele acabou de  
709 propor ali, a alteração dessas datas das audiências para uma distância maior uma  
710 da outra.

711

712

713 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Eu só  
714 queria fazer um esclarecimento que estamos contando com o apoio dos Estados  
715 aí, está na hora dos Estados está se propondo a nos receber. Então, João, a ideia  
716 aí é fazermos uma caravana mesmo, não pela questão do açodamento, não é  
717 isso. É questão, inclusive de orçamento, e de você ter a possibilidade de ter uma  
718 agenda contínua. A mesma equipe envolvida nisso para nos passar situações que

719 nós temos aí nesses dois períodos muito graves aí de eventos importantes, 18 de  
720 abril nós temos julgamento dos códigos, dia 05 de maio tem vencimento do CAR,  
721 quer dizer, tem uma agenda aí nesses dois meses que vamos estar muito  
722 envolvidos. Por região nós temos, inclusive nós pensamos em Fortaleza, porque a  
723 Sema de Fortaleza já tinha proposto ajudar, contribuir lá com o auditório;  
724 Florianópolis, porque o pessoal de Florianópolis está aqui, a Ivana, porque tem  
725 condições de oferecer auditório. Então, nós vamos ter que ter o bom senso em  
726 gerir esses locais em uma forma de otimizar recursos e tentar dentro dessa crise,  
727 que não é segredo para ninguém, minimizar o máximo de custo para que  
728 possamos viabilizar as consultas públicas. Então, não adianta nós quisermos  
729 fazer a Consulta Pública se criarmos tanto constrangimento espacial, físico e  
730 financeiro, porque ela não vai acontecer, porque não teremos condições de fazer.  
731 Então, aí é uma questão de termos habilidade que nós temos para acertar esses  
732 locais, nós estamos ainda em cima do prazo.

733

734

735 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – É só uma  
736 preocupação em relação ao final da quinta Consulta Pública e a segunda reunião  
737 do GT. Vai ser um ecúleo de vocês sistematizar todas as contribuições advindas  
738 das consultas que estão muito desenhadas, eu particularmente acho que a  
739 segunda reunião poderia ser um pouquinho mais para frente.

740

741

742 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** –  
743 Podemos dar uma espaçada, nós colocamos para o final de maio. 19 e 20. 19 e  
744 20 como tentativa?

745

746

747 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
748 **Velhas)** – O que eu acho que vai definir também o ritmo vai ser o que  
749 conseguimos avançar de discussões no GT. Então, pode ser que dá um prazo ali  
750 de dilatação, que caso 19 e 20, nós ainda não conseguimos fechar e termos  
751 condições de avançar no processo, dar um prazo aí para mais uma reunião do GT  
752 para ficarmos com uma previsão pelo menos de uma três reuniões do GT. Eu  
753 acho que menos do que isso é complicado pensar, porque a primeira praticamente  
754 nós vamos ter que tentar fazer um processo mesmo de limpeza, de discussão  
755 desses anexos, de todo esse processo. Depois ter as audiências, depois ter o  
756 resultado delas que vão aparecer aí. Então, no mínimo você vai ter que ter uma  
757 previsibilidade de mais uma reunião do GT aí para...

758

759

760 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
761 caminhar para o consenso, eu acho que faz sentido, eu acho que isso em função  
762 dos trabalhos, nós teríamos um pouco de margem nessas audiências, se der um  
763 problema no dia, ou no outro, nós damos uma esticada. Vamos colocar mais uma

764 reunião, só dá uma olhada nessa data, aí começa junho, todo mundo aqui, os  
765 Estados estão todos enrolados, os municípios, está todo mundo por conta. Vamos  
766 deixar assim?

767

768

769 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
770 **Velhas)** – Evidentemente que temos outras atividades a fazer, com muita  
771 honestidade, quer dizer, a Sociedade Civil não vive infelizmente.

772

773 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Mas eu  
774 tenho a impressão que as consultas públicas serão distribuídas para todos nós.

775

776

777 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
778 **Velhas)** – Eu entendo, mas estou dizendo o seguinte: está marcando já uma no  
779 mínimo 19 e 20, você pegar praticamente a semana seguinte e fazer outra. Estou  
780 falando isso, a sequência do GT, eu estou falando do GT, é pesado fazer logo  
781 sequência. Eu acho que não dá para viver.

782

783

784 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
785 aguentar o ritmo, porque eu acho que está bom assim.

786

787

788 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – Presidente,  
789 eu quero propor que se vote a cada dois meses, ou três, mesmo que eu tenha o  
790 meu único voto, mas quero que fique registrado aqui.

791

792

793 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Meu  
794 amigo, se tem uma coisa que na Câmara Técnica é diferente do trabalho, havendo  
795 propostas incoerentes, nós vamos colocar em votação, não se preocupe não, eu  
796 estou fazendo uma proposta e você vai fazer a proposta de três meses, se você  
797 não retirar a sua proposta, nós vamos colocar em votação.

798

799

800 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – A minha  
801 proposta é que votemos logo se serão dois meses, ou três meses de prorrogação.

802

803

804 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Presidente da CTCA (MMA)** – Não há  
805 consenso nesse calendário, vamos colocar em votação. Mazzaro, eu vou ter que  
806 te dar a palavra, na verdade, é a Dione, ou Marcelo.

807

808

809 **O SR. MARCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO (MAPA)** – Só uma proposta  
810 intermediária. Nenhum e nem outro. O Ministério do Meio Ambiente não  
811 acomodaria com os 75 dias, dois meses e meio, nem três e nem dois, porque está  
812 muito apertado aqui.

813

814

815 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Quem  
816 diria, essa Câmara está operando milagres. Fidelis, pelo consenso nós  
817 concordamos. Então, aprovado setenta e cinco dias por sugestão. Agora, vamos  
818 reagrupar? Vamos deixar reagrupado para não ter problema. Mas que dia nós  
819 estamos hoje? Tem que ser depois da semana do meio ambiente. Abre o  
820 calendário para nós vermos. 13 e 14 ou 16 e 17.

821

822

823 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Gente, segunda-feira nós vemos,  
824 mas é difícil, para os Estados e para os municípios início de semana é  
825 complicado.

826

827

828 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – 16 e 17.

829

830

831 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Pessoal, vocês me desculpem, não  
832 é, a experiência nossa aqui a passagem vai ser cara sempre para Brasília, terça  
833 vem deputado, quarta vem deputado e volta deputado.

834

835

836 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Já que  
837 você não vai viajar, então, 16 e 17. Gente, está resolvido 16 e 17. Eu só quero  
838 saber o seguinte, espera aí, quando que é a Plenária do Conama. Gente atenção,  
839 independente de argumento, não vamos gastar tempo com argumento financeiro  
840 não. O problema é que 15 e 16 é a reunião do Conama. Nós poderíamos otimizar  
841 a vinda para o Conama; Conama é 15 e 16, é isso? Antes da Plenária tem aquela  
842 preparatória com a Sociedade Civil.

843

844

845 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
846 **Velhas)** – A final, a semana do meio ambiente no dia 05, na verdade, vai cair no  
847 domingo. A pergunta é, normalmente se comemora a semana até o dia 05, ou do  
848 dia 05 para adiante? Porque se não nós vamos para um lado ou para outro. Duas  
849 semanas. Porque nós podíamos fazer a agenda ou dia 01 e 02, por exemplo,  
850 quarta-feira e quinta, ou então, na semana seguinte, por exemplo, 09 e 10. 08 e  
851 09, ou então, 01 e 02, ou 02 e 03.

852

853

854 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) – Sou**  
855 **mais 08 e 09. Está nas mãos dos senhores aí.**

856

857

858 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) – Pode ser 08 e 09 aí.**

859

860

861 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) – Isso é**  
862 **tentativa. Quando fizermos a primeira reunião, nós vemos como está a agenda de**  
863 **todo mundo. Ok? Posso considerar aprovado?**

864

865

866 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) – Deusdará, só uma questão, eu acho**  
867 **que assim, para mim tudo bem, aprovar o calendário está aí. Agora eu gostaria**  
868 **que fizéssemos, definíssemos os locais para ver se as datas são compatíveis, é**  
869 **isso que me preocupa, antes de aprovar definitivamente ver se são compatíveis as**  
870 **questões, nós fechamos isso, está bem?**

871

872

873 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) – Eugênio,**  
874 **eu acho que nós temos que aprovar um prazo para depois colocar as viagens**  
875 **dentro, porque se nós não fecharmos o prazo logo, vai ficar complicado, por isso**  
876 **que eu queria aprovar o termo de referência e o prazo, e agora nós vamos ver os**  
877 **locais.**

878

879

880 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA) – Só para colocar**  
881 **que está ficando muito apertada essas reuniões aqui do Conama, vocês estão**  
882 **querendo colocar agora dias 14 e 15, que já é semana que vem quinta e sexta; e**  
883 **já tenho outro GT na segunda-feira e terça-feira, 18 e 19. Então, nós praticamente**  
884 **vamos nos mudar para cá só para ficar em reunião. E o outro também é de**  
885 **licenciamento ambiental.**

886

887

888 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) – Vocês**  
889 **não ficam em todos as mesmas pessoas.**

890

891

892 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA) – Licenciamento**  
893 **Ambiental de Compostagem.**

894

895

896 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) – Está na**  
897 **Câmara de Qualidade.**

898

899

900 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DE CARLI FILHO (CNA)** – Desculpa, o que  
901 está sendo tratado lá, eu estou participando com a Zilda, é licenciamento  
902 ambiental do empreendimento para fazer a compostagem, é licenciamento  
903 ambiental. E a qualidade é uma coisa que vamos derrubar, porque você não pode  
904 colocar qualidade com redução, ainda mais.

905

906

907 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Bom, ela  
908 está respondendo, porque nós vamos chama-la para ver o que ela está fazendo e  
909 vamos colocar nos eixos aquilo que deve ser feito, o que é a competência da  
910 qualidade, o que é competência e do licenciamento. Nós vamos ter que dar uma  
911 olhada nisso, nós vamos lá ver isso. Então, vamos lá. Polignano, você teve  
912 alguma alteração em relação ao termo de referência anterior e o atual? Só isso.  
913 Eu vou ler. A análise da versão da proposta de Resolução encaminhada pela  
914 Câmara Técnica preparação da versão da proposta de resolução, que será  
915 disponibilizada nas consultas públicas presenciais, realizar e acompanhar as  
916 consultas públicas, sistematizar o material das consultas públicas para análise e  
917 considerações da proposta, finalizar a proposta de Resolução para o  
918 encaminhamento da Câmara Técnica. São as cinco atividades que estão. Eu  
919 entendo que vai ter aquela primeira reunião, vai sair daqui um texto, espero, mais  
920 arredondado, vai ter uma primeira reunião, nós esperamos que arredonde um  
921 pouco mais, ou que se marque o dissenso; e essa, eu chamo de preparação, seria  
922 a Resolução disponibilizada nas consultas públicas presenciais. Não sei se o  
923 termo está expressando o que eu falo. Então, vamos ver.

924

925

926 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Deusdará, eu acho que nós  
927 precisamos fazer uma discussão de aprofundamento sobre a metodologia das  
928 consultas públicas. Quem realiza não é o Grupo de Trabalho, ele acompanha,  
929 quem realiza é o Conama. É uma questão conceito aí. Na minha opinião quem  
930 realiza, vamos lá, o dois atual, quem realiza as consultas públicas é o Conama  
931 com a participação dos Estados e todo mundo, mas não é o Grupo de Trabalho  
932 que realiza, já tiraram aí.

933

934

935 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – É uma  
936 coisa a ser discutida, porque nós vamos tirar uma redação hoje, amanhã, vai  
937 voltar essa redação para o dia 14, não lembro a data, para o GT, logo após nós  
938 entramos em um ritmo de audiência pública, nós precisamos discutir isso. E outra  
939 coisa que eu gostaria de colocar ali no dois Ana, é que as consultas públicas são  
940 regionais, regionalmente, para que valorizemos as pessoas que estão nas regiões,  
941 de uma forma de você chamar da região. Criou-se a consulta no outro termo, mas  
942 não tinha essa atividade. É isso. A Câmara Técnica que propõe. Gente, já  
943 estamos chegando ao horário do almoço, é natural, vamos tentar fechar pelo

944 menos essa parte da pauta que é um grande avanço. Eugênio, questão de ordem,  
945 o que você quer falar Eugênio?

946  
947

948 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Não é de ordem. Análise da versão  
949 da proposta de Resolução encaminhada pela Câmara Técnica. Mas, não é só,  
950 análise da questão da proposta de Resolução encaminhada pela Câmara Técnica,  
951 considerando as sugestões vindas das consultas públicas, porque nós vamos  
952 fazer duas reuniões posteriores, ela não vai se reunir uma única vez. O Grupo de  
953 Trabalho não sistematiza, quem sistematiza é a Secretaria, se não vamos  
954 sistematizar aqui dentro, não vamos sair nem um ano. Deixe-me molhar o bico.  
955 Patrícia disse que ia trazer uma cachaça para mim e não trouxe, mas não tem  
956 problema. Análise da versão da proposta de Resolução encaminhada pela  
957 Câmara Técnica, a impressão que eu tenho aqui, pessoal desculpe, é de que esse  
958 primeiro ponto diz respeito só a primeira reunião do Grupo de Trabalho, porque  
959 nós vamos encaminhar uma proposta hoje para a Câmara Técnica, mas na  
960 verdade nós estamos tratando aqui da dinâmica de funcionamento do Grupo de  
961 Trabalho todo, 75 dias. Então, me parece que está completa, quer dizer, além da  
962 proposta é discutir também no Grupo de Trabalho as propostas que advirão das  
963 consultas públicas, eu acho que teria que colocar isso. O três não é sistematizar.  
964 Então, só que daí pode fundir o um e o três, mas tudo bem, vamos lá, acompanhar  
965 as consultas públicas regionalmente, finalizar a proposta de Resolução para  
966 encaminhamento à Câmara Técnica. A minha questão, tudo bem, eu só acho que  
967 poderia ficar assim, com base nas contribuições das consultas públicas finalizar a  
968 proposta de Resolução. É isso que eu acho que poderíamos colocar. Tudo bem,  
969 só que eu juntaria isso, mas tudo bem, não tem problema. Então, o que eu queria  
970 mesmo comentar do terceiro já foi comentado, que não era sistematização. Eu  
971 colocaria mais pesado ainda, eu colocaria mobilizar.

972  
973

974 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu acho assim, por  
975 exemplo, a CNT tem federações entre os Estados. Então, não vou parar no  
976 Amazonas, não vou parar lá no Ceará, eu vou pedir para os representantes da  
977 CNT ir lá e acompanhar o processo. Acompanhar vai indicar que eu vou ter que ir  
978 nesses lugares todos.

979  
980

981 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Eu acho que é mobilizar o segmento  
982 para participar.

983  
984

985 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

986  
987

988 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Desculpe falar uma coisa. Brasília  
989 quando você sai de Campo Grande, você tem voo para Brasília, se você fizer em  
990 Cuiabá não tem, tem que vir a Brasília e ir a Cuiabá; se você fizer em Cuiabá é a  
991 mesma coisa. Então, a ideia é fazer em Brasília, porque todo mundo sai do seu  
992 Estado direto para o local, porque isso também é importante, fazer sinal de linha é  
993 ruim, é logística.

994

995

996 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Então,  
997 Brasília é consenso. Fortaleza é consenso. Florianópolis? Nenhum outro Estado  
998 na região Sul.

999

1000

1001 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Na verdade, Paraná ofereceu Foz do  
1002 Iguaçu, mas é muito longe, é fim de linha.

1003

1004

1005 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Foz do  
1006 Iguaçu é outra perna, a capital é melhor. Aí nós temos dissenso na região  
1007 Sudeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não é isso Polignano? Deixe-me  
1008 antecipar logo. Depois você entra com argumento. E no Norte, Belém e Manaus.  
1009 Eu acho pouco provável que trocando argumentações aqui, nós vamos avançar  
1010 muito, nós temos claramente Minas Gerais versus Rio, no campeonato brasileiro,  
1011 estou brincando gente; e Pará e Manaus. Região Norte.

1012

1013

1014 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – Deixe-me  
1015 falar um pouquinho Presidente. Sobre a região Norte, eu queria falar um  
1016 pouquinho sobre a proposta da região Norte.

1017

1018

1019 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
1020 **Velhas)** – Eu ofereço Minas integralmente, se precisar de estrutura, eu arrumo,  
1021 não tem problema, não é por causa de Secretaria de Estado, se ela não topar, que  
1022 nós não vamos fazer em Minas não. Eu acho que Minas é emblemático, teve uma  
1023 situação absolutamente emblemática essa questão do licenciamento, mais um  
1024 motivo para ser, porque nós temos que aprender com os erros. Eu acho que o  
1025 problema nosso é esse, nós ficamos tentando pagar os nossos rastros e não  
1026 aprender com as nossas verdades, senão aprender não tem jeito. Então, eu estou  
1027 dizendo assim, eu já fiz uma defesa aqui, nada contra o Estado do Rio de Janeiro,  
1028 mas eu entendo que, e até fiz uma opção, ou Minas ou São Paulo pelo tamanho e  
1029 pela grandeza dos Estados, dos problemas de licenciamento que temos, que  
1030 vivemos pela organização da sociedade que temos nesses Estados. Então, eu  
1031 acho que essa é uma questão fundamental, se nós queremos ouvir a sociedade,  
1032 há que se ouvir, não há que ir para os lugares mais favoráveis, onde vamos ter



1033 menos envolvimento, ou menos coparticipação da sociedade no processo. Então,  
1034 eu volto a insistir que temos aí uma necessidade de fazer com que a sociedade  
1035 seja efetivamente ouvida, se é esse o objetivo das audiências. Então, eu acho que  
1036 nós não queremos simplesmente um referendo em cima do que está aqui; nós  
1037 queremos ouvir o contraditório, eu acho que esse é um problema do país, o país  
1038 tem uma dificuldade muito grande de ouvir o contraditório. Então, eu acho que nós  
1039 temos que ouvir o contraditório até para que isso nos respalde nas decisões que  
1040 teremos que tomar.

1041

1042 **A SRª. MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA (INEA/RJ)** – Bom dia. Na  
1043 realidade Polignano, nós não estamos pensando em levar para o Rio de Janeiro  
1044 por conta de facilidade, porque lá nós não temos facilidade nenhuma, nós estamos  
1045 em um momento de implementar novas regras de licenciamento, estamos  
1046 discutindo bastante com a Sociedade Civil e o Ministério Público. Então, na  
1047 realidade, facilidade é a única coisa que não vamos ter lá. O Rio de Janeiro  
1048 pioneiro no licenciamento, enfim, eu acho que ali é uma região onde podemos ter  
1049 muito apoio e até oferta de contribuições que vão ajudar na nossa discussão,  
1050 enfim.

1051

1052

1053 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Presidente da Abema)** – Vamos lá. Eu conversei  
1054 e acho que é importante fazer em um lugar onde temos apoio de todos os  
1055 segmentos, não só de um segmento ou outro, esse é um primeiro princípio  
1056 importante para ter algum equilíbrio. Eu consultei sim Minas Gerais, o Governo de  
1057 Minas, que é onde eu articulo mais fortemente e houve lá um entendimento de que  
1058 não era prioridade para eles e, portanto, eles não faziam questão de colocar lá.  
1059 Também não disseram que não fariam, mas, enfim, não faziam questão. Em São  
1060 Paulo nós tivemos a audiência pública coordenada pelo Ministério Público Federal  
1061 e Ministério Público Estadual, teve uma audiência pública sobre licenciamento em  
1062 São Paulo a menos de um mês. Se você quer ampliar a participação não vai fazer  
1063 sempre no mesmo lugar, eu abri mão de fazer na Bahia, porque vai ter dia 25 uma  
1064 lá com a mesma lógica de São Paulo. Eu não vou fazer isso. Entendeu? Então,  
1065 esse é um aspecto importante que tem que ser dito se você quer ampliar, amplia;  
1066 se o setor empresarial quiser fazer uma geral em algum Estado, pode não ser  
1067 coordenada pelo Ibama, mas é importante que ele faça, pelo Ibama não, pelo  
1068 Conama, mas é importante que o faça, nós temos que incentivar isso inclusive.  
1069 Então, primeiro eu acho que nós podemos proporcionar novos participantes e isso  
1070 também facilita. Então a posição que a Abema tirou até pela consulta que fez é  
1071 apoiar o Rio de Janeiro, essa é a posição da Abema, estou aqui manifestando a  
1072 posição da Abema/Rio de Janeiro, justamente por causa desse aspecto e a outra  
1073 questão é Mariana extrapolou Minas Gerais e Espírito Santo. Então, nós vamos  
1074 fazer, porque o acidente. Então, vamos fazer no Espírito Santo que é fim de linha,  
1075 entendeu? É a mesma coisa. Então, se nós começarmos a trabalhar por causa  
1076 disso só, nós desviaremos o aspecto central do licenciamento ambiental e  
1077 traremos para dentro dele um caráter muito emotivo no processo. Eu acho que

1078 Mariana é um exemplo, tem que ser considerado, ele não é nem o início e nem o  
1079 fim do licenciamento ambiental, infelizmente com dor é um momento de reflexão  
1080 importante. Agora nós não podemos transformar a audiência pública, que está  
1081 discutindo coisas muito maiores do que aquele acidente, um palanque para  
1082 discutir só Mariana, essa que é a questão, esse é o posicionamento da Abema,  
1083 nós entendemos que Mariana vai pautar a discussão no Brasil todo, vai pautar a  
1084 discussão no Conama todo, mas nós não podemos resumir ou reduzir a discussão  
1085 do licenciamento a um acidente, que daqui a sem anos, nós estaremos nos  
1086 referenciando aos problemas de Mariana; isso nunca mais será esquecido, mas  
1087 nós não podemos deixar de considerar uma série de fatores. Então, a posição da  
1088 Abema aqui, porém esses fatores é uma posição e o Espírito Santo nós não  
1089 consideramos, porque é fim de linha, dificulta a chegada, poucos voos, a questão  
1090 de fim de linha sempre é um problema, porque vai dificultar a chegada das  
1091 pessoas. Então, esse é o posicionamento da Abema.

1092  
1093

1094 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - Sos Rio das**  
1095 **Velhas)** – Bom, eu vou insistir com a posição da Sociedade Civil. É como você  
1096 disse, é uma posição a Abema e uma posição Sociedade Civil é o seguinte: sem  
1097 emocionalismo, eu acho que a questão não se coloca nesse patamar que você  
1098 está falando aí de transformar isso em um julgamento sobre questão de Mariana,  
1099 não é isso. Estou dizendo é que há que se ter também uma sensibilidade no  
1100 processo que queremos ouvir aquilo que falhamos, que o processo se mostrou  
1101 complicado e eu acho que isso está gerando todo o debate sobre o processo de  
1102 licenciamento. Então, não é no sentido de que vamos lá fazer um julgamento de  
1103 Mariana, não é isso, eu acho que nós temos que fazer uma discussão, aprofundar  
1104 e como, é o Estado que eu particularmente represento, que nós temos uma  
1105 Sociedade Civil altamente empenhada, saímos recentemente de um debate do  
1106 próprio Estado sobre essa questão do licenciamento. Então, eu acho que é uma  
1107 solicitação esse grupo para que nós tenhamos esse momento pelo menos de  
1108 trazer para a sociedade esse debate, que eu acho importante.

1109  
1110

1111 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (ONG Argonautas)** – Presidente,  
1112 eu queria falar rapidinho, queria fazer um apelo, fazer um apelo a você, a Abema  
1113 pela construção progressiva de consenso já que também trabalhamos nessa  
1114 perspectiva aqui. Nós, como representantes da Sociedade Civil e das ONGs,  
1115 fizemos esse esforço aqui, inclusive assumimos desgastes por conta disso. Na  
1116 primeira reunião aqui de apresentação da sua proposta, da proposta da Abema,  
1117 eu quero dizer da Resolução, você falou, disse que a Abema tinha feito processo  
1118 de consulta anterior em vários Estados, regiões, houve um processo de consulta  
1119 feito pela Abema, eu acho que seria de bom tom, diplomático, seria interessante a  
1120 Abema, então, agora não propor onde essas audiências consultas serão  
1121 realizadas já que a própria Abema fez o seu processo e quem está precisando  
1122 fazer aqui são principalmente os outros segmentos, claro envolvendo também os

1123 Estados, mas a demanda é mais forte por parte dos outros segmentos e não dos  
1124 Governos Estaduais. Então, por isso que eu queria fazer o apelo para você, para  
1125 nós encaminharmos no consenso nessa discussão, tanto em relação ao Sudeste,  
1126 quanto ao Norte. Você tem razão em uma coisa que você falou, que quer  
1127 queiramos ou não, Mariana vai se tornar o tema central, seja em Minas, seja em  
1128 São Paulo, seja na Bahia, seja onde for, porque é um tema de clamor de impacto  
1129 popular muito forte; o que nós vamos fazer, todos nós que estivermos participando  
1130 dessas consultas é configurar a discussão para o sentido que ela deva ocorrer que  
1131 é nos aspectos necessários da mudança da Norma, da Resolução. Isso todos nós  
1132 vamos fazer. Mas independentemente de onde isso vai acontecer, eu penso  
1133 Presidente e representantes aqui do Ministério do Meio Ambiente, que seria uma  
1134 sinalização de sensibilidade, uma sinalização positiva, vocês sabem o quanto há  
1135 um questionamento na sociedade, principalmente nos movimentos sociais acerca  
1136 das políticas ambientais, fala-se em desmonte, existem vários artigos escritos  
1137 sobre isso. Então, eu penso que exercer a sensibilidade política é o mínimo que  
1138 podemos esperar aqui da parte do Ministério na construção desse consenso.  
1139

1140

1141

**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu vou defender a  
1142 questão da logística, que é o que está sempre dominando, eu acho que essa coisa  
1143 de Mariana nós falamos, mas é como o próprio Polignano falou, isso é um caso  
1144 brasileiro, não é o lugar que vai limitar ou colocar essa posição. Então, eu vou  
1145 colocar uma coisa de logística, porque nós todos, eu, ele e o Bernardo, sabemos  
1146 disso e preciso expor para vocês. Leva cinquenta minutos do Rio até Confins e  
1147 uma e meia, duas de Confins a Belo Horizonte dependendo da hora que você  
1148 chega. Então, quer dizer, Confins tornou Belo horizonte um lugar complicado para  
1149 poder fazer reunião, não é simples, você tem que dispor de no mínimos três horas  
1150 de deslocamento de aeroporto a mais, porque você perde quase que metade do  
1151 dia deslocando aeroporto. Então, se for até para ser em Minas, eu estava  
1152 brincando com ele, vamos fazer em Lagoa Santa, porque em Belo Horizonte não  
1153 dá, por causa de Confins, que é um inferno. E dependendo também você nem  
1154 chega, porque o negócio não é brincadeira e não temos opção do aeroporto  
1155 central, não existe mais, foi totalmente cancelado voos para o aeroporto, só faz  
1156 dentro da própria Minas Gerais.

1157

1158

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Então,  
1160 eu pergunto aos senhores, sentem-se maduros para na hora do almoço evoluir  
1161 alguma negociação? Caso contrário, nós interrompemos o assunto agora e  
1162 iniciamos com esse assunto à tarde. Pode ser? Então, fica, são 12h18, nós  
1163 voltamos às 14h00. Ok? Obrigado.

1164

1165

1166 *(Intervalo para o Almoço).*

1167

1168

1169 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –**

1170 Senhores, temos quórum, vamos começar. Há um entendimento aqui da mesa...  
1171 Temos quórum, há uma demanda que nós não colocamos especialmente na  
1172 pauta, que nós vamos precisar tratar, que eu acho até por bem da eficiência e  
1173 eficácia das consultas públicas. Que seria nós delinear, Poliano, um mini  
1174 regimento, não vamos usar a palavra regimento, porque regimento é uma palavra  
1175 muito forte, com a organização dos termos de referência, os termos de conduta  
1176 das consultas públicas, como nós vamos operar na consulta pública, nesse  
1177 intervalo a Ana... Estou voltando, estou dizendo que a agonia não acaba só com o  
1178 local, depois nós voltamos. Então, dentro da pauta, nós fechamos 03 e 05, os  
1179 dias, nós temos o impasse do local. Então, consulto aos senhores se no almoço  
1180 houve alguma evolução, senão eu vou ter que colocar em votação. Eu queria,  
1181 para poder, no espírito da Câmara, abrir uma defesa de cada lugar, e colocamos  
1182 em votação. Eu acho que a ABEMA representa nesse caso o Amazonas e o Rio  
1183 de Janeiro, o Rio está aqui também? No caso o representante da Amazônia não  
1184 está. As datas são tentativas, o prazo nós já decidimos, setenta e cinco dias, as  
1185 atividades nós já decidimos, agora só sobre a questão do local.

1186

1187

1188 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste) –** Até para  
1189 colocar como uma terceira alternativa para essa questão de Minas, Rio de Janeiro,  
1190 caso haja interesse, Campinas também se coloca à disposição, é um lugar com  
1191 logística, de fácil acesso, se vocês acharem, para não ter esse Rio de Janeiro  
1192 versus Minas Gerais, Campinas se coloca à disposição para eventualmente sediar  
1193 um evento.

1194

1195

1196 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1197 **Velhas) –** Eu já reitero aqui, vamos dizer, o convite a Minas Gerais, como eu falei,  
1198 por entender que Minas tem uma história muito grande em relação à questão do  
1199 movimento ambientalista, da questão até da discussão sobre licenciamento  
1200 ambiental, Mariana é uma situação, mas não quero apelar para isso aqui, mas  
1201 acho que seria de bom tom mostrar para a sociedade que não estamos nos  
1202 omitindo na discussão e na participação, querendo ouvir a sociedade naquilo que  
1203 deu certo e naquilo também que temos problema no processo de licenciamento, e  
1204 acho que temos todas as condições adequadas, legais, operacionais, e até de  
1205 articulação das instituições para fazer um bom evento lá. Então, e como sou  
1206 representante da região, me cabe defender e me cabe, inclusive justificar o porquê  
1207 do não. Então está colocado.

1208

1209

1210 **A SR<sup>a</sup>. MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA (INEA/RJ) –** Obviamente isso  
1211 aqui não é uma disputa Rio e Minas Gerais, mas cabe a mim defender o Rio de  
1212 Janeiro nesse momento, mas eu entendo que a questão da Mariana perpassa o

1213 estado de Minas Gerais, na realidade o País inteiro ficou comovido, eu acho que  
1214 em qualquer lugar que nós vamos levar a audiência, nós vamos ter  
1215 questionamento nesse sentido, eu entendo que no Rio de Janeiro as questões de  
1216 logística são facilitadas naturalmente, nós temos o Ministério Público bastante  
1217 atuante, já com diversos embates ali em questão de normas muito parecidas,  
1218 como essas que estamos implementando lá. Então, não vejo grandes motivos  
1219 para um envolvimento maior ou menor em Minas ou no Rio de Janeiro, enfim, nós  
1220 permanecemos a posição da ABEMA de colocar o Rio de Janeiro à disposição  
1221 para essas consultas.

1222 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Não  
1223 havendo encaminhamento, eu vou usar do princípio dessa Câmara, que é  
1224 deliberar por votação, eu só queria checar o quórum, e ver exatamente quem pode  
1225 votar. Então, pelo Ministério dos Transportes, Mateus. Desculpe, Dione. Pela  
1226 ANAMMA, Andrea. Pela ABEMA, Eugênio e Mariana. Pelo Setor Empresarial,  
1227 Patrícia e Elisa. Pela sociedade civil, Polignano e Fidelis. E eu no caso de voto de  
1228 minerva. Não é isso? Eu voto também. Então, em votação, vamos votar a primeira  
1229 situação, que é Minas Gerais e Rio de Janeiro. Quem é favorável que a audiência  
1230 pública aconteça em Minas Gerais, por favor, se manifeste. Então nós temos  
1231 ANAMMA e sociedade civil, três votos. Quem é favorável que aconteça no Rio de  
1232 Janeiro, por favor, se manifeste. Governo Federal, setor privado, setor empresarial  
1233 e ABEMA. O Ministério se abstém. Venceu Rio de Janeiro, cinco a três. O  
1234 segundo caso, eu abro a defesa para Amazonas, para que sejam colocados os  
1235 argumentos, por favor.

1236

1237

1238 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Tem uma proposta colocada pelo  
1239 Governo do Amazonas, de levar para Manaus com algumas justificativas  
1240 importantes, a questão do acesso facilita em relação principalmente ao Acre e a  
1241 Roraima, e mesmo que Belém facilita o Amapá, direto, aliás, o voo é direto para  
1242 Belém. Mas, isso é uma questão, e não sei, não vou contestar, mas a conversa  
1243 que nós tivemos lá com relação aos governos, foi de que o Governo do Amazonas  
1244 vai dar todo o apoio e toda a estrutura para que a audiência pública aconteça em  
1245 Manaus. Então, como é uma demanda que vem da ABEMA, eu continuo  
1246 defendendo a proposição de realizarmos em Manaus.

1247

1248

1249 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Na reunião  
1250 passada do CONAMA, o representante do Governo do Estado do Pará estava lá,  
1251 e quando nós conversamos sobre a apresentação dos resultados do  
1252 monitoramento das bacias de contenção de minério, eles se dispuseram a fazer  
1253 essa apresentação e a sediar a Consulta Pública, só que isso, obviamente, não foi  
1254 tema de discussão do CONAMA, mas eu liguei para o gabinete do reitor agora, e  
1255 eles já mandaram um ofício conforme a senhora chefe de gabinete falou que  
1256 desejaria, dizendo que se dispõe a sediar a Consulta Pública com a infraestrutura  
1257 necessária, que a Universidade está interessada em disponibilizar. Belém é um

1258 local de acesso mais fácil do que Manaus, os preços das passagens são menores,  
1259 e até para quem mora na região amazônica é muito mais fácil fazer os eventos em  
1260 Belém, por conta da logística que Belém já tem de quantidade de linhas de voos e  
1261 horários disponíveis, do que Manaus. Então, Belém ficaria em melhor situação e  
1262 melhor condição para a realização da consulta.

1263

1264

1265 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Isso  
1266 posto, eu vou colocar em votação, lembrando de novo, nós temos quórum, vou  
1267 colocar o seguinte encaminhamento, quem é favorável que a reunião aconteça em  
1268 Manaus, por favor, se manifeste. Então, nós temos o Ministério de Minas e  
1269 Energia, Governo Federal, setor empresarial e ABEMA, cinco votos. Quem é  
1270 favorável que aconteça em Belém. Sociedade civil e ANAMMA.

1271

1272

1273 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Eu acho que  
1274 daqui para frente é o que vai se configurar é essa votação, é esse cenário, está  
1275 claro aqui para nós, isso traz implicações políticas, e até amanhã nós vamos ter  
1276 uma posição da sociedade civil em relação a como dar continuidade a discussão  
1277 dessa resolução do CONAMA.

1278

1279

1280 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Está  
1281 feito o registro de voto. Agora, nós vamos encaminhar, então os locais são:  
1282 Fortaleza na região Nordeste, Brasília na Região Centro-Oeste, Florianópolis na  
1283 região Sul, Rio de Janeiro na região Sudeste e Manaus na região Norte. E que  
1284 fique registrado em ata, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza e Manaus. Houve  
1285 uma necessidade, que nós durante o almoço discutimos rapidamente, mas que eu  
1286 acho extremamente importante que tenhamos agora uma discussão de como será  
1287 a condução dessas audiências públicas, a ABEMA manifestou essa preocupação,  
1288 que tenhamos um mínimo de padronização de como isso vai acontecer, de modo  
1289 a garantirmos a participação, além da participação, a participação eficiente e  
1290 eficaz. A ANA preparou um rascunho, um borrador de última hora, rapidamente,  
1291 no intuito de nos preparar para a reunião, e eu já informo que aquela versão, na  
1292 parte da manhã, que o Polignano colocou, está disponível para os senhores,  
1293 aquela versão que eu falei, limpa, topologicamente acertada, e eu vou distribuir  
1294 um para cada membro, enquanto nós lemos um pouco essas consultas. Então, o  
1295 tema é consultas públicas regionais, é uma proposta de resolução que dispõe  
1296 sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental, disciplina e suas  
1297 modalidades, estudos ambientais, bem como os seus procedimentos e dar outras  
1298 providências, é só para lembrar qual é a ementa da Resolução, em que pese a  
1299 própria ementa esteja em discussão, mas tudo bem. Diretrizes gerais, apoio  
1300 logístico e local: disponibilizar local para consulta. São quantas laudas? Quatro  
1301 laudas, eu acho que é melhor ir dividindo por tópicos, se eu for ler quatro laudas,  
1302 nós, no final não vamos lembrar.

1303

1304

1305 **A SR<sup>a</sup> PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – A questão da escolha do  
1306 local estava muito associada ao apoio das secretarias de meio ambiente, até por  
1307 conta de fazer toda essa mobilização, era por isso que até a nossa escolha como  
1308 setor empresarial foi porque nós, pela Abema, ficamos sabendo quais eram os  
1309 órgãos de meio ambiente que estavam abraçando a causa, que achamos que  
1310 deve ser uma causa que deve ser coordenada pelo Órgão Gestor de Meio  
1311 Ambiente, como aqui está sendo coordenado pelo MMA, achamos que devíamos  
1312 dar continuidade a isso, precisamos ter estamos uma estrutura apoiada pelo  
1313 próprio Estado, o Estado que não quer recepcionar essa consulta, ou não se  
1314 colocou para se recepcionar essa consulta, dificulta os trabalhos, então a escolha  
1315 foi muito nessa linha do Estado que se prontificou, veio aqui e defendeu e disse  
1316 que quer recepcionar essa consulta. Incomoda-me interpretações diferenciadas  
1317 em relação a isso. Estava muito claro o que foi a escolha. Nesse sentido, então  
1318 estou esclarecendo que a nossa escolha foi essa, foi de acordo com o apoio do  
1319 Estado, o Estado que se prontificou a colocar, o Estado de Minas Gerais, na  
1320 reunião do GT, disse que não queria recepcionar. Então, como que vamos forçar  
1321 uma barra em relação a isso? Em relação a essa disponibilidade de local para  
1322 consultas, e os Estados que se prontificaram a recepcionar a partir dos seus  
1323 órgãos gestores, eles devem dar essa dimensão do processo, eu acho que é mais  
1324 um fator que você precisa ter um interlocutor que quer recepcionar presente,  
1325 porque senão fica muito difícil, eu quero fazer um para mil pessoas, e o Estado  
1326 não vai disponibilizar espaço para mil pessoas, vai disponibilizar para cem, para  
1327 duzentos. Então, eu acho essa coisa mais complicada, por isso essa vinculação  
1328 institucional necessária para as escolhas.

1329

1330

1331 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Eu vou  
1332 ler de novo, eu vou fazer uma leitura rápida do primeiro ponto, que é apoio  
1333 logístico local, disponibilizar local para consulta, disponibilizar projetos para  
1334 apresentações, gravação e de gravação, impressora, secretaria para inscrições e  
1335 registros de presença, água e café, divulgação da consulta e envio de convites  
1336 para os convidados locais identificados, indicação de ponto focal para a consulta,  
1337 providenciar lista de locais para o almoço próximo ao local do evento.

1338

1339

1340 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1341

1342

1343 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Eu acho que respondendo uma  
1344 das perguntas que vocês falou, eu acho que é muito difícil fazer um evento desses  
1345 fechado, teria que ser um evento aberto, eu acho que é muito difícil justificar um  
1346 evento desse tipo fechado, é um dos questionamentos, mas eu concordo, temos  
1347 que ver a questão dos auditórios, mas, pessoalmente, eu acho que para justificar

1348 depois um evento desses, com essa pauta, com um número definido, eu acho  
1349 muito complicado, talvez tenha que ser um aberto, aí num lugar, talvez o lugar  
1350 tenha que ser maior. É uma opinião.

1351

1352

1353 **A SR<sup>a</sup>. DIONE MACEDO (MME)** – Em Manaus, foi a faculdade, a universidade.  
1354 Onde que vai ser? Se você for restringir a universidade, você já sabe mais ou  
1355 menos o tamanho de auditório, essas coisas, mas sendo assim, se for um evento  
1356 aberto, tem que ser locais maiores mesmo.

1357

1358 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – No  
1359 Centro de Convenções, que teve a última reunião, o Eugênio inclusive estava lá,  
1360 secretário do Estado do Meio Ambiente, eu acho que o Eugênio não estava, só da  
1361 Amazônia, o evento lá cabe o tanto que vocês quiserem, em Manaus tem.  
1362 Federações também tem, no maranhão, tinham uma 150 pessoas. Gente, eu fico  
1363 preocupado de começarmos a fazer um exercício aqui de quantos.

1364

1365

1366 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Maria, eu não estava, obviamente  
1367 estava fora, qual é a média de participação que nós tivemos, pegar como  
1368 referência, nas plenárias estaduais da última Conferência Nacional de Meio  
1369 Ambiente sobre Resíduos Sólidos? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.  
1370 Mas, é justamente isso, que se você pegar algo mais amplo ainda, se você  
1371 trabalhar com uma média de quatrocentas, quinhentas pessoas, hoje é um público  
1372 bastante significativo, mesmo considerando plenárias regionais. Então, se nós  
1373 trabalharmos com espaços nessa dimensão, você tem com certeza condições de  
1374 abrigar aí, eu não vejo, mesmo fazendo aberta, e, eu acho que a divulgação tem  
1375 que ser aberta, em minha opinião, tem que ser convidado todos, todos os setores,  
1376 aberta, eu acho que se nós trabalharmos com uma dimensão de quatrocentas,  
1377 quinhentas pessoas, nós estamos trabalhando com plenárias extremamente  
1378 representativas e numerosas.

1379

1380

1381 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** –  
1382 Desculpe-me, até que coloque, tentar fazer uma coordenação, descrição, controle  
1383 de horário, sistematização de trezentas pessoas, que não sei, sessenta falem, é  
1384 coisa. Vamos ver depois. Vamos limitar em duzentas, ou então em trezentas? Isso  
1385 é uma sinalização, eventualmente se chegar a 350 pessoas, não vai dizer que não  
1386 pode entrar, é só para poder orientar o anfitrião. O que vocês acham? Qual o  
1387 número? Nós vamos ter uma reunião do Grupo de Trabalho antes.

1388

1389

1390 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Deusdará, deixa-me falar mais um  
1391 pouquinho, eu acho que não deveríamos limitar, sinceramente eu acho que não,  
1392 insistir na tese. O que nós poderíamos ver, e aí ver com cada estado que vai



1393 sediar, ou aqui no CONAMA, cria um espaço de inscrição prévia, se você queria  
1394 um espaço de inscrição antecipada, uma semana antes, dizendo: inscreva-se no  
1395 site tal, endereço X, você começa a ter uma média de participação, a experiência  
1396 que nós temos de assembleias, mesmo com convite aberto, não é de chegar  
1397 facilmente a trezentas, quatrocentas pessoas, não é de chegar facilmente. O que  
1398 precisamos ter é um regramento em relação às falas, você pode priorizar o  
1399 número de falas por segmento, terminou isso, você tem uma inscrição por  
1400 segmento: cada segmento vai ter inicialmente dez falas, vinte falsas, trinta falas de  
1401 três minutos cada um, cada fala. E, aí, você vai administrando o tempo, eu acho  
1402 que precisamos trabalhar muito mais, não o controle do número de pessoas que  
1403 acessem a plenária, mas sim organizar um pouco como se dará as falas, até para  
1404 evitar que daqui a pouco um setor se organize e comece a falar e a polarizar esse  
1405 debate.

1406

1407

1408 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) -** Mas  
1409 essa pré-inscrição não daria essa noção?

1410

1411

1412 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA) –** Por exemplo, vamos pegar Rio de  
1413 Janeiro, que já vai estar se organizando e etc., nós já temos que saber, mais ou  
1414 menos, que tamanho de espaço vai ter que arranjar, aqui em Brasília também, tem  
1415 N opções, tem que ter uma prévia para você começar a contratar isso, porque tem  
1416 todos esses auditórios tem uma programação já com seus atos para isso, você  
1417 tem que ter uma antecedência certa para poder reservar esses locais, não pode  
1418 ser: subiu para tantos, vamos fazer em outro local.

1419

1420

1421 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Daí a questão de novo  
1422 da questão institucional, qual é o espaço, que mobilização se fará para ter que  
1423 público? Essa é a questão. Se eu fizer nenhuma mobilização, eu vou ter dez  
1424 pessoas, vinte pessoas, se eu fizer uma mobilização boa, bem feita, eu posso ter  
1425 um público grande, é que mobilização eu farei para ter o público? Nós, por  
1426 exemplo, do setor empresarial, que mobilização nós vamos fazer para poder, e o  
1427 pessoal no Rio de Janeiro, em Manaus, em Florianópolis, seja onde for? As  
1428 nossas federações vão fazer essa mobilização? Que mobilização faria? Porque  
1429 fica muito difícil. E, aí, eu acho que cada instituição agora, como está  
1430 institucionalizada fazer esse ensaio, não definirmos aqui previamente, fazer esse  
1431 ensaio do tipo: você da federação da indústria, que expectativa você acha dessa  
1432 discussão, vem gente da FIESP, não vem gente FIESP? Por aí.

1433

1434

1435 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste) –** Só para  
1436 dizer do último evento do Ministério Público Estadual e Federal de São Paulo, eu  
1437 estou chutando, mas acho que deve ter tido um público, mais ou menos, de

1438 duzentas pessoas, porque encheu o plenário do Ministério Público Federal, e teve  
1439 uma salinha do lado com um painel televisionando. Então, eu imagino que é um  
1440 público de duzentas, trezentas pessoas.

1441

1442

1443 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** A  
1444 reflexão é que a avaliação não é algo barato e nem algo fácil de fazer. Está em  
1445 discussão o segundo ponto, se vocês realmente ficarem à disposição, gente, a  
1446 sugestão foi olhar ponto por ponto.

1447

1448

1449 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA) –** Gravação e devagração, gente, é uma  
1450 coisa muito cara, eu acho que tem que tirar isso, e acho que temos que ter para  
1451 cada Conferência uma equipe de relatores, um representante por seguimento, que  
1452 eles possam anotar durante o evento, e depois eles se reúnam e façam uma  
1453 espécie de relatório, nós teríamos então no final, cinco relatórios.

1454

1455

1456 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –**  
1457 Disponibilizar projetores tem que ter, impressora tem que ter, se é para ser chato,  
1458 eu acho que a questão, se formos trabalhar nessa coisa de cores, ressaltar que é  
1459 impressora colorida, se formos trabalhar com textos em formatos diferentes não  
1460 precisa ser, só para depois não querer amarelar lá, e não poder amarelar, porque  
1461 não tem. Mas não vai ter que imprimir a proposta?

1462

1463

1464 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA) –** Não.

1465

1466

1467 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Então  
1468 não precisa de impressora.

1469

1470

1471 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA) –** Eu acho que pode ter uma para o  
1472 secretariado.

1473

1474

1475 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Uma  
1476 para o secretariado, mas não para a consulta pública.

1477

1478

1479 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste) –** Eu posso  
1480 fazer uma sugestão em relação a questão do local para o almoço? Também  
1481 indicar hotéis, porque dependendo da quantidade de gente que vem, nós  
1482 conseguimos um preço mais barato para o hotel.

1483

1484

1485 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Coloque  
1486 isso também, porque eu acho que isso é consenso, locais e hotéis, hospedagem.  
1487 Bota um por segmento, só para sabermos. Divulgação: representantes dos  
1488 segmentos de diaristas para convites, DCONAMA, enviar e-mail de convites.

1489

1490

1491 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Tem alguma redundância da  
1492 divulgação, está em cima e está aí também.

1493

1494

1495 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Coloca  
1496 tudo em divulgação. Pronto. Regras e participação, número limitado de perguntar  
1497 por segmento, tempo de fala por segmento, inscrição prévia para participação. É o  
1498 básico. Se formos detalhar tudo. Acho que o tempo de fala está implícito.

1499

1500

1501 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Desde o outro segmento.

1502

1503

1504 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Não, gente, desculpe. O que eu quis  
1505 dizer não foi isso, o que eu quis dizer é o seguinte, tem que delimitar um tempo  
1506 para cada pessoa que se inscreve, normalmente três minutos que se fala,  
1507 podemos até pensar num prazo, mais ou menos. Agora, se tiver trezentas  
1508 inscrições, o que temos que garantir é de que se tiver quinhentas inscrições,  
1509 trezentas inscrições, e tem cento e cinquenta pessoas do setor de Governo, que  
1510 se garanta quarenta, trinta falas de Governo, mesma quantidade de sociedade  
1511 civil, e mesma de setor empresarial, é isso que eu estou dizendo, é claro que se  
1512 não houver número de inscritos, vai falando todos, porque você pode ter inclusive  
1513 mais inscrição do que tempo, nós estamos falando em um dia, e um dia é 6 horas  
1514 numa audiência pública dessas, 6, no limite, Consulta Pública dessas, no limite, a  
1515 partir de 6 horas, já vira um negócio improdutivo. Então, é isso que eu estou  
1516 querendo dizer, não é um tempo, só tem um inscrito vai falar meia hora, porque os  
1517 outros tem dez, não, a ideia é cada fala três minutos, ou o tempo que nós  
1518 determinarmos, mas que se tenha dez, dez e dez, e depois deixa aberto, se tiver  
1519 sobrando tempo, para quem se inscreveu, independentemente, porque senão a  
1520 pessoa começa se inscrever por ordem, vai lá um segmento, se inscreve  
1521 cinquenta, e acaba com a possibilidade de outros se inscreverem, é isso que eu  
1522 estou querendo dizer.

1523

1524

1525 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1526

1527

1528 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Na verdade, eu acho que tem que ter  
1529 uma mesa proporcional, se nós temos três segmentos dentro do Governo, no  
1530 CONAMA, nós temos quantos segmentos dentro do CONAMA? Você vai ter uma  
1531 mesa composta com uma coordenação, onde vai ter Governo Federal, Governo  
1532 Estadual, sociedade civil, setor empresarial e municípios se for o caso, você tem  
1533 uma mesa, e, aí, você estabelece quem preside e quem ajuda, essa mesma mesa  
1534 que coordena, não é muito diferente do que fazemos em conferência e outros  
1535 eventos, é uma questão de pensarmos isso. Agora, eu acho que a coordenação  
1536 não pode estar na mão de apenas um segmento, tem que ter um mesa com  
1537 representação do conjunto de segmentos do CONAMA, porque a preocupação  
1538 aqui é que pega inscrição, você tem um negócio que é acordado antes.

1539 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Se for  
1540 por segmento, tem uma dificuldade, teria que ter aqui do meu lado, a ANA vai  
1541 receber só o setor empresarial, aí vai chegar lá, uma pessoa que não se enquadra  
1542 no segmento, vai ficar... Aí, você vai cada vez mais gerando regras, que se você  
1543 não cumprir.

1544

1545

1546 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – O que pode ser feito é que após  
1547 essas consultas, o GT vai ter uma data de consolidação, o GT não, teria uma  
1548 consolidação de propostas, e o GT vai trabalhar em cima disso. Então, o que  
1549 poderia deixar mais aberto ainda, eram as pessoas que quisessem mandar lá na  
1550 Consulta, ela não quer falar ao público, mas ela quer encaminhar uma proposta de  
1551 texto, que seja recepcionado de alguma forma. Eu acho que isso já ajuda  
1552 bastante, muitas pessoas preferem ir lá e escrever, e não falar, outras preferem  
1553 falar e não escrever.

1554

1555

1556 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Vamos  
1557 deixar então três minutos por cabeça, independente de qual segmento que seja.  
1558 Gente, vocês imaginem que aconteça trezentas pessoas, se nós engessarmos, vai  
1559 depender do entendimento do momento, vai depender do clima, porque se nós  
1560 começarmos a engessar. Vamos deixar para inscrição, pactuou com a plenária  
1561 isso aí. Vamos passar para o próximo item. Só ver se não ficou aquele negócio lá,  
1562 regras de participação. Então não vai ter número específico de perguntas.  
1563 Concorda?

1564

1565

1566 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Eu acho que é pior sabe por quê?  
1567 Porque abre, as pessoas falam, o fato é o seguinte, é importante deixar, porque se  
1568 você fizer por capítulo, as falas vão se repetir, inclusive no conteúdo, abre falas  
1569 gerais sobre o conteúdo da Resolução, ninguém vai discutir o artigo X, pode dizer  
1570 o artigo X diz isso, na verdade o que vem na Consulta Pública são propostas mais  
1571 gerais sobre o tema, sobre a questão, se abrir por capítulo nós não vamos  
1572 terminar em um dia só, e não dá para fazer em um dia. A tendência, a não ser as

1573 pessoas que estruturam texto, é vim propostas gerais, sem citar onde coloca,  
1574 algumas pessoas que elaboram um pouco mais, obviamente que indicarão onde  
1575 querem a emenda substitutiva, onde querem, apontam um capítulo, ou um texto,  
1576 ou o artigo, ou seria uma parte que querem excluir, algumas pessoas farão isso,  
1577 mas a grande maioria, pela experiência que eu tive quando eu trabalhava muito  
1578 com esse tipo de atividade, ela vem geral, e depois toca a questão, a menos que  
1579 você viesse, tipo conferência, que você tem um conjunto de proposta, e discute  
1580 proposta por proposta, aí sim, vai lendo, não é o caso aqui. Nós temos um texto  
1581 geral, nós não vamos ler o texto, e se a pessoa pedir destaque num artigo, como  
1582 se faz no CONAMA, aqui se faz uma proposta geral, e as pessoas vão fazer a  
1583 colocação que quiserem em relação aquele texto, aquela proposta de Resolução,  
1584 eu vejo muito mais aberto o debate, e não tanto, senão não vamos concluir, e vai  
1585 tolher muito a participação. Pode ser que haja necessidade de fazer, aí temos que  
1586 discutir o esclarecimento, se chegar um cidadão e fizer uma pergunta direta, que  
1587 carece um esclarecimento, senão talvez se faça um comentário ao final do bloco.  
1588 Eu acho que, mas é isso, ou se estabelece dez falas. Agora, eu acho que o mais  
1589 importante da Consulta Pública é ouvir as pessoas e anotarem as sugestões que  
1590 virão, obviamente se tiver a necessidade de esclarecimento por causa de  
1591 questões legais, ou de questões muito específicas e bem objetivas, sim, mas está  
1592 muito ao encontro do coordenador ou coordenadora da mesa, que vai saber e ter  
1593 a capacidade de entender isso.

1594

1595

1596 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Eu  
1597 também acho que tem que deixar aberto, as pessoas tem que ir lá e falar os que  
1598 elas pensam da resolução como um todo, de um artigo, de um capítulo específico.  
1599 Agora, se houver, se surgir dúvidas, dúvidas técnicas em relação ao texto  
1600 propriamente dito, nós podemos estabelecer uma dinâmica, cinco intervenções,  
1601 fechou cinco, tem alguma que tem que ter esclarecimento? Fecha um bloco de  
1602 esclarecimento, e passa para o próximo bloco.

1603

1604

1605 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Pessoal, nós não podemos confundir  
1606 aqui a consulta pública, na lógica de audiência pública, na lógica de licenciamento  
1607 de empreendimentos, aonde um dos grandes objetivos é tirar as dúvidas sobre o  
1608 empreendimento, e apresentação de impactos positivos e negativos em relação a  
1609 instalação e operacionalização de um determinado empreendimento ou atividade,  
1610 aqui não, aqui tem um texto, que está propondo alterar duas resoluções do  
1611 CONAMA, que tem um nível de acúmulo bom, ou mal, ou médio, não importa, e  
1612 que nós vamos colocar para ser debatido, surrado, pisado por um conjunto de  
1613 pessoas que têm interesse em participar desse debate. Então, claro, o  
1614 esclarecimento aqui está muito mais relacionado à questões técnicas, objetivas e  
1615 de Lei, porque está aqui e não pode mudar isso aqui, porque isso está na Lei da  
1616 Mata Atlântica, porque está na lei não sei das quantas, é isso, e não para fazer o  
1617 debate, da opinião de A contra B, isso é serviço da plenária, eu vejo como o

1618 grande aspecto dessas consultas públicas a possibilidade do conjunto das  
1619 pessoas e das entidades que lá forem, manifestarem as suas opinião a respeito do  
1620 conteúdo do que está sendo proposto, ou trazendo sugestões de novos conteúdos  
1621 não avaliados ainda.

1622

1623

1624 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Qual a  
1625 posição da mesa?

1626

1627

1628 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) –** A minha opinião eu já manifestei, eu  
1629 acho que é um representante por segmento que forma o CONAMA. Nós temos  
1630 aqui cinco segmentos, não são cinco segmentos? Nós temos essa, a Câmara  
1631 Técnica representa exatamente os segmentos do CONAMA, não é isso? Você tem  
1632 uma mesa composta por cinco segmentos, o que é? Sociedade civil, governos  
1633 municipais, governos estaduais, Governo Federal e setor empresarial. Esses  
1634 segmentos compõe, com representação, a mesa, a mesa de abertura, e claro que  
1635 não precisam ser as mesmas pessoas, também formam uma espécie de mesa  
1636 coordenadora, que não precisam ser as mesmas da abertura, que daí cada  
1637 segmento vai indicar, para ajudar.

1638

1639

1640 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT) –** De qualquer forma o  
1641 órgão gestor, ou na pessoa do secretário, mas tem que ser alguém responsável  
1642 pelo licenciamento no Estado.

1643

1644

1645 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA) –** Gente, é isso, aí alguém da OEMA  
1646 do Estado vai estar na mesa, ou, preferencialmente, nós queremos que seja o  
1647 secretário, obviamente. Mas, é isso, a composição da mesa é essa, em minha  
1648 opinião, é a mesma composição do CONAMA, são cinco setores, para mim é isso,  
1649 quem coordena a mesa? Quem coordena o CONAMA, é o Ministério do Meio  
1650 Ambiente. Então, o coordenador da mesa é o Ministério do Meio Ambiente, ou  
1651 alguém por ele delegado, mas eu acho que têm que ser o Ministério do Meio  
1652 Ambiente, e os outros fazem a estrutura, quem é de secretaria, quem é que faz  
1653 isso, como montamos uma estratégia nessa composição de mesa de coordenação  
1654 de mesa, inclusive, e dos trabalhos. Aí, tem cinco secretários de Meio Ambiente  
1655 estaduais, tem vinte de municípios, avalia na hora se coloca lá. Mas, enfim, eu  
1656 acho que tem que ter um limite, cita os outros secretários, é o anfitrião e pronto,  
1657 assim como a CNI, o pessoal da indústria vai ter dez sindicatos, e define quem vai  
1658 representar, a sociedade civil tem 50 ONGs, defina quem vai representar, é isso.

1659

1660

1661 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Então,  
1662 nós vamos chegar lá em Fortaleza, vai estar lá o nosso superintendente da (...), o

1663 Ricardo, o nosso secretário de Meio Ambiente, o Brandão, e eles vão participar da  
1664 mesa? Junto com o secretário, com o Piauí se tiver, se tiver o Rio Grande do  
1665 Norte? Como é que você pensa?

1666  
1667

1668 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Em minha opinião, participa da mesa  
1669 o secretário do Estado anfitrião, os outros são citados, ficam na frente, ficam no  
1670 meio, ficam no fim, ficam lá fora conversando e tal, não importa, cita, assim como  
1671 cita todas as ONGs, assim como cita todos. Porque se eu colocar, se nós  
1672 colocarmos na mesa, todos os nove secretários estaduais de Meio Ambiente, ou  
1673 dirigentes, ou representantes do Nordeste, eu vou ter que colocar todas as  
1674 cinquenta ONGs que tiverem coordenação representadas, é um representante, no  
1675 CONAMA é um representante, e cada segmento vai indicar antes da mesa de  
1676 abertura, quem vai à mesa, para a ABEMA é muito simples, o dirigente local vai à  
1677 mesa, como é de praxe, com o município é a mesma coisa, Manaus é o secretário  
1678 municipal de Manaus, não tem problema nenhum, o Ministério do Meio Ambiente  
1679 indica. Agora, a sociedade civil vai fazer lá uma assembleia e vai dizer quem, o  
1680 setor empresarial vai definir quem.

1681  
1682

1683 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Tudo  
1684 bem. Qual o ponto? Locais? O que mais tem aí para baixo?

1685  
1686

1687 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Mas, então, aquela questão de  
1688 secretário, ele já é um dos membros, então? Não é mais um.

1689  
1690

1691 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Gente, desculpe. Você vai para uma  
1692 mesa de abertura, que vai dar bom dia, boa tarde, boa noite, sejam bem-vindos, é  
1693 uma coisa, na mesa pode ficar o secretário, como ele pode delegar lá em Santa  
1694 Catarina para ir a Ivana, o Estado ter que estar, não interessa, gente, se é  
1695 ABEMA, se é Ivana, se é Pedro, se é Paulo, se é Serafim, pouco importa, o  
1696 importante é que os segmentos estejam representados, é isso, quem cada  
1697 segmento vai indicar é problema do segmento, é isso que eu estou querendo  
1698 dizer.

1699  
1700

1701 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu acho que é  
1702 importante também é que o Estado esteja ali à frente, essa coisa da  
1703 responsabilidade, cachorro com muito dono morre de fome, por isso a escolha do  
1704 Estado que abraçou a causa, é para que quem, a instituição que abraçou a causa  
1705 se responsabilize minimamente pela condução lá do processo, porque se não tem  
1706 a instituição abraçando a causa, fica a Deus dar. Então, tem que ter o anfitrião,  
1707 que é o Estado, o Estado é o anfitrião, e a figura do Estado como anfitrião.

1708

1709

1710 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Eu acho que o que Eugênio está  
1711 falando é isso, o Estado vai ter o anfitrião, mas esse anfitrião também é o  
1712 representante, no caso da Abema, na mesa, ele é a mesma pessoa.

1713

1714

1715 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Gente, pelo amor dos meus filhinhos,  
1716 vamos lá, são cinco segmentos no CONAMA, a mesa será composta por cinco  
1717 pessoas, se o governador de algum Estado for, ele vai também, obviamente, aí  
1718 serão seis, se o presidente do Tribunal de Justiça do Estado estiver vai também,  
1719 se a ministra estiver vai também. Isso é uma questão de administrar, o que nós  
1720 não podemos, na abertura, o que não podemos desconsiderar é de que para a  
1721 mesa tem que ter um representante de cada segmento, cada segmento vai decidir  
1722 quem vai colocar, nós da Abema vamos sentar e pronto, quem vai, é isso que nós  
1723 vamos fazer.

1724

1725

1726 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – A mesa executora, é a  
1727 mesa que vai fazer a execução.

1728

1729

1730 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Mas, é óbvio que se o governador  
1731 vai, quem não vai querer, vai ser bom que o governador vá.

1732

1733

1734 **A SR<sup>a</sup>. MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA (INEA/RJ)** – Eu só ia fazer  
1735 uma sugestão para fazer uma invertida na ordem, no Rio, e ficar na de maio,  
1736 porque estamos com uma baixa muito grande, em abril, de pessoas para fazer  
1737 essa organização da audiência lá.

1738

1739

1740 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – O Rio está pedindo para  
1741 alterar, gente, algum problema?

1742

1743

1744 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Tudo bem que são públicos  
1745 diferentes, mas, por exemplo, se o Ministério do Meio Ambiente escalar a mesma  
1746 equipe para ir à Manaus e Fortaleza, vai ter dificuldade, ou vai pegar o pinga-pinga  
1747 Nordeste, ou vem a Brasília e volta para Fortaleza. Essa é uma das questões  
1748 que eu sempre chamo a atenção, você tem voo direto para Manaus, ou vice-versa,  
1749 de onde, hoje? De Brasília, de São Paulo e de Rio de Janeiro. Então, é importante  
1750 essas questões, quando você coloca Manaus e Fortaleza, 03 e 05, você vai fazer  
1751 um roteiro turístico pelo Brasil. Então, seria muito mais interessante, você colocar  
1752 Brasília e Manaus, que tem um voo só, ou Manaus e Brasília. Isso é uma questão



1753 fundamental para podermos, eu sei que grande maioria não irá a todos, mas quem  
1754 vai sofre para caramba.

1755

1756

1757 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Como Florianópolis está aí na relação,  
1758 era isso que eu queria dizer, eu tenho um pouco de preocupação, porque  
1759 Florianópolis, por exemplo, para trezentas pessoas, eu tenho duas ou três opções  
1760 de acesso, estacionamento e tudo mais, então eu só fico preocupada de termos  
1761 essas datas rígidas, e, talvez, por exemplo, nós não tenhamos mais, estamos em  
1762 cima, possibilidade de conseguir um local, porque não é uma cidade grande, como  
1763 Rio ou Brasília, que tem muitas alternativas de local. Então, nós podemos pré-  
1764 estabelecer uma data, mas pode ser que tenha necessidade de ajustá-la.

1765

1766

1767 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Gente,  
1768 tem alguma coisa relevante que vocês queiram considerar?

1769

1770

1771 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1772 **Velhas)** – Eu quero só deixar registrado que a sociedade civil se abstém esse  
1773 documento do jeito que está, porque nós não entendemos ver representado a  
1774 mobilização articulação adversidade dos problemas e da sociedade brasileira,  
1775 dessa forma. Então, fica abstenção da sociedade.

1776

1777

1778 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1779 **Velhas)** – Eu quero só deixar registrado que a sociedade civil se abstém de  
1780 aprovar esse documento nos termos que está, porque nós não entendemos ver  
1781 representado a mobilização, articulação, a diversidade dos problemas da  
1782 sociedade brasileira, dessa forma. Então, fica a abstenção da sociedade.

1783

1784

1785 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** –  
1786 Registrado. Alguém quer fazer mais algum registro?

1787

1788

1789 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Quero saber de que  
1790 forma que é? É a cidade que variou? Então, me explique, por favor.

1791

1792

1793 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1794 **Velhas)** – Pelo conjunto da obra, eu acho o seguinte, eu acho que nós temos, ficar  
1795 São Paulo fora de uma discussão dessa dimensão, Minas Gerais da dimensão do  
1796 que tem. Então, eu estou aqui representando sociedade civil, e estou aqui dizendo

1797 que não entendo que dessa forma nós vamos caminhar para realmente ouvir e  
1798 escutar a população, as necessidades e o desejo da sociedade.

1799

1800

1801 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – A proposta em vez de  
1802 ser regional, é que seja estadual?

1803

1804

1805 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1806 **Velhas)** – Sim, se for caso.

1807

1808

1809 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Então põe a proposta na  
1810 mesa, o que foi discutido aqui é se era Rio ou se era Minas.

1811

1812 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) - -**  
1813 **Desculpe, está superado.**

1814

1815

1816 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Mas, eles não falaram  
1817 nada, ficou uma discussão só para Minas, se fosse Minas estava representado  
1818 então São Paulo?

1819

1820

1821 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1822 **Velhas)** – Eu acho que talvez a dimensão melhore, e foi uma proposta  
1823 inicialmente colocada aqui pela sociedade, que fosse ampliado para vários  
1824 estados, inclusive no caso do Sudeste, que ampliássemos mais. Então, eu  
1825 entendo que da forma como ficou, isso não representa os interesses das  
1826 entidades ambientalistas.

1827

1828

1829 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só quero que me  
1830 explique, se fosse em Minas atendia?

1831

1832

1833 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Eu gostaria de  
1834 complementar a informação, a questão é a seguinte, Eugênio, a questão é a  
1835 seguinte, esta é a agenda da ABEMA? É a agenda da ABEMA, não foi a agenda  
1836 que nós propomos aqui para a discussão, se a ABEMA está implementando a sua  
1837 agenda que já tendo feito uma discussão preliminar, que os outros segmentos não  
1838 fizeram, então essa é a agenda da ABEMA, é como a ABEMA acho que deve ser  
1839 feito, e que foi apoiado por outros segmentos aqui dentro. Então, é por isso que  
1840 nós, eu estou ratificando a explicação que o Polignano apresentou aqui, não é só

1841 a questão da cidade, é o conjunto da obra, porque nós propusemos diferentes  
1842 cidades para expressar diferentes tipos de mobilização social. É isso.

1843

1844

1845 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Eu só  
1846 queria dar um esclarecimento, porque é meu dever, antes de nós aprovarmos os  
1847 grupos de trabalho, logo após nós aprovamos os grupos de trabalho, no bojo da  
1848 aprovação do grupo de trabalho, nós aprovamos um termo de referência, que foi o  
1849 nosso regimento e entendimento de tudo que aconteceu, naquele termo de  
1850 referência, nós falávamos de cinco consultas regionais, então não houve qualquer  
1851 momento que colocássemos em pauta, aprofundássemos discussões em  
1852 consultas locais, por Estado, então sempre por regimento, de serem cinco  
1853 consultas regionais, inclusive esse assunto saiu na segunda ou terceira reunião do  
1854 GT, nós tivemos que voltar ao termo de referência. Então esse assunto para mim  
1855 está superado, foi aprovado na reunião anterior. Nós temos hoje um registro de  
1856 posição da sociedade civil, está respeitado, está gravado, de abstenção a  
1857 qualquer manifestação a respeito desse acordo de entendimento, acordo de  
1858 convivência com relação às consultas públicas. É o que eu entendi.

1859

1860

1861 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Me desculpe, mas eu,  
1862 em termos de participação coletiva, eu gosto sempre de entender as coisas que  
1863 estão acontecendo, porque fica a sensação de que houve alguma coisa, que eu  
1864 não sei o que seja, quando fala que é a proposta da ABEMA, que é proposta  
1865 disso. Eu parto do princípio do seguinte, desde a primeira vez foi decidido que  
1866 seriam regionais, ponto, ninguém nunca colocou que seria estadual, todos  
1867 colocaram que era regional, ponto. Partimos desse pressuposto. Partimos, eu pelo  
1868 menos, setor empresarial, quando nos reunimos previamente, partiu da seguinte  
1869 lógica, é importante que o Estado anfitrião esteja envolvido, queira receptionar,  
1870 essa é a lógica, a importância do processo. O Estado anfitrião queira receptionar,  
1871 porque é preciso, é uma premissa que nós acreditamos, e é nossa, o Estado  
1872 anfitrião tem que receptionar, porque de quem você vai cobrar se for num Estado,  
1873 é uma universidade, no outro Estado é a Federação das Indústrias.

1874

1875

1876 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Patrícia,  
1877 isso está superado.

1878

1879

1880 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só estou explicando a  
1881 minha lógica. Aí vem com um processo que é regional, dizendo se for Minas  
1882 representa São Paulo, Rio de Janeiro, se não for Minas não representa, é isso que  
1883 eu não consigo entender, fica parecendo coisa do menino que ficou magoado  
1884 porque não jogou com a bola do jogo dele. Só isso.

1885

1886

1887 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Nós  
1888 vamos avançar com esse assunto.

1889

1890

1891 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas) –** Quero deixar  
1892 registrado aqui que eu não aceito esse tipo de ofensa, essa declaração foi  
1893 ofensiva, nós explicamos aqui qual é a lógica, sempre tivemos uma lógica de  
1894 mobilização, eu não me referi a você, Patrícia, de forma ofensiva, eu espero não  
1895 ter que fazer isso daqui para frente, aliás, está no Regimento Interno deste  
1896 CONAMA, que o tratamento daqui tem que ser com humanidade e respeito. Esse  
1897 tipo de tratamento, e se for preciso apelar à Comissão de Ética ou dar entrada em  
1898 outros processos judiciais, eu farei isso.

1899

1900

1901 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT) –** Eu peço desculpas,  
1902 porque não foi a minha intenção.

1903 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA) –** Eu peço  
1904 a gentileza, e imaginem os senhores, eu já tenho, mais ou menos, umas trinta ou  
1905 mais horas tentando coordenar esse grupo, tenho tentado ser o mais equilibrado e  
1906 sereno o possível, por favor, me ajudem a continuar coordenando o grupo. O  
1907 assunto dos locais já foi decidido, é matéria superada, vai ser Brasília,  
1908 Florianópolis, Rio de Janeiro. Desculpe, você já fez o seu registro de posição,  
1909 pronto, e eu aceitei o registro.

1910

1911

1912 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1913 **Velhas) –** Tudo bem, eu acho que está registrado, eu estou me referindo ao  
1914 seguinte, eu sou representante Nacional das Entidades Ambientalistas, não cabe  
1915 uma posição apenas minha pessoal, eu estou dizendo que o cenário posto não  
1916 representa, vamos dizer, o consenso ou de onde as demandas tem vindo mais, e  
1917 as discussões tem se aflorado mais em relação a essa discussão. Eu acho que  
1918 excluir esses estados, é essa minha avaliação, porque não posso partir do  
1919 pressuposto, isso aqui é uma ação do CONAMA, que o critério seja a da  
1920 Secretaria do Estado que aceita, e que a ABEMA chegue e fale: tal Estado aceita,  
1921 tal Estado acata, tal Estado não acata. Eu não entendo que isso seja democrático,  
1922 a forma como foi posta, eu não concordo, não acho que foi uma discussão  
1923 verdadeiramente democrática, e, por isso, eu estou registrando a posição da  
1924 sociedade civil. Isso, pode, teoricamente, ganhar no pleito aqui agora, mas não  
1925 nos resolve, porque esse processo não se faz, e, nós temos discutido isso o  
1926 tempo todo de uma forma assoberbada, tentando simplesmente atropelar  
1927 processos, sem que se ouça na devida proporção e magnitude dos problemas que  
1928 temos, a sociedade que está aí colocada, eu estou dizendo que é não um  
1929 sentimento pessoal meu, eu tenho que externar isso aqui, porque como  
1930 representante das entidades, eu estou colocando sentimento para que amanhã ou

1931 depois não fique aqui a omissão de um representante, falar: não, está tudo bem,  
1932 está tudo de acordo, quando eu sei que o sentimento não é esse.

1933

1934

1935 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Só para terminar. A  
1936 minha defesa, e eu peço novamente desculpas, eu não queria ofender ninguém, é  
1937 nesse sentido, de achar que não adianta um segmento ganhar no voto, e um  
1938 segmento ficar alheio, por fora, não aceitar, não adianta. O meu esforço é querer  
1939 entender, eu estou tentando agora, se é tarde, eu estou tentando agora num  
1940 esforço de querer entender, inclusive, de me colocar à disposição, se é  
1941 necessário, Polignano, em Minas, independente de ter no Rio de Janeiro também,  
1942 porque não segmentos não se unam e tentam fazer em Minas, independente  
1943 disso. Eu não quero, eu concordo com você, no sentido que não adianta ganhar  
1944 no voto. Isso aí para mim não tem valor nenhum. Eu acho que tem que ganhar é  
1945 no consenso, na arrumação, na concertação, e eu falo às vezes demais, sou  
1946 imprecisa na forma de colocar, mas a tentativa é de busca da aceitação de todos.  
1947 Não quero um segmento ficar mudo, calado diante de uma proposta. É muito  
1948 incômodo para mim.

1949 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – E já foi  
1950 feito o registro.

1951

1952

1953 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy - SOS Rio das**  
1954 **Velhas)** – Estou agora respaldando a Patrícia, que eu, como representante, sou  
1955 obrigado a expressar daquilo que é o sentimento coletivo, concordo *ipsis litteris*, o  
1956 meu posicionamento aqui é no entender que podemos caminhar para um diálogo,  
1957 eu acho que fica muito, eu estou colocando, fica muito difícil, vocês estão aqui, a  
1958 Patrícia tem a CNI, vocês são ABEMA claramente, o desgaste não é tão grande,  
1959 mas ser sociedade civil, inclusive vocês já devem ter visto mil textos, discutindo  
1960 uma série de questões em relação a isso, é um processo, convencer as pessoas  
1961 da legitimidade disso aqui e da capacidade desse grupo se resolver é um  
1962 processo. Então, eu tenho muita dificuldade de voltar a Minas agora, e dizer: meu  
1963 amigo, sinto muito, vai ser no Rio. Contudo, o cenário que eu tenho em Minas para  
1964 justificar. Eu vou ficar, estou dizendo, eu sociedade civil, vou ficar fragilizado  
1965 nessa relação, o que me obriga até pensar se vale a pena continuar aqui. Estou  
1966 dizendo, a minha intenção não é acuar, as pessoas me conhecem e sabem que  
1967 não desse estilo, mas eu tenho que declarar aquilo que está se passado, a  
1968 omissão não vai nos ajudar, o calar meu não vai nos ajudar. Então estou deixando  
1969 claro qual é a situação que eu tenho para administrar, e, que, portanto, se cada  
1970 um tem as suas, nós também temos as nossas.

1971

1972

1973 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Desde o  
1974 começo eu já tinha dito, mas faz parte do processo. Nós já fizemos a votação,  
1975 infelizmente, abriu espaço, foi pela forma de um consenso, não foi possível, quem

1976 acompanha-me aqui durante antes, sabe o estilo de nós estarmos sempre  
1977 querendo esgotar, mas como eu abri a reunião, hoje vai ser um dia que nós vamos  
1978 exercer, hoje e amanhã, eu espero que não seja exaustivamente, mas  
1979 frequentemente o princípio do mecanismo do voto. Eugênio, para encerrar esse  
1980 assunto. Próximo ponto de pauta, se é possível que se encerre.

1981

1982

1983 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (SEMA/BA)** – Não vou polemizar. Eu só não  
1984 entendi porque a ABEMA, a ABEMA fez uma proposta, obviamente que a ABEMA  
1985 representa os seus membros, os estados colocaram, e eu disse claramente quais  
1986 eram os estados que estavam dispostos a ajudar a bancar essas consultas  
1987 públicas, foi isso. Pronto, infelizmente, não dá para atender a todos, é isso. Agora,  
1988 eu só queria registrar aqui também, que a primeira entidade que trouxe já quando  
1989 apresentou, e a Marília estava na audiência que eu tive com a ministra, quando  
1990 nós apresentamos a proposta de resolução lá em julho do ano passado, nós já  
1991 levamos a proposição de audiências públicas, a nossa preocupação, eu gostaria  
1992 que isso também fosse considerado, e em nenhum momento a ABEMA se nega a  
1993 discutir com quem quer que seja, nós levamos isso, nós discutimos isso no  
1994 Encontro Nacional de julho do ano passado, que levaríamos além da proposta  
1995 inicial ao CONAMA, também uma proposição de que se fizesse cinco audiências  
1996 públicas, uma por região geopolítica do País, que são diferentes das discussões  
1997 internas da ABEMA, que também se deram no primeiro semestre do ano passado,  
1998 mas se derem internamente, nas reuniões da ABEMA só participaram membros  
1999 da ABEMA, nem municípios foram convidados, porque era uma discussão interna  
2000 da ABEMA, e, esse é um processo que nós fizemos. Eu quero dizer que vários  
2001 Estados já começaram a fazer plenárias, via conselhos estaduais de Meio  
2002 Ambiente, outros fóruns para discutir, a ANAMMA também reuniu municípios  
2003 específicos dele e da ANAMMA para discutir essa agenda. Eu acho que é  
2004 importante isso, esse é o processo, nós vamos continuar insistindo de que esse  
2005 processo tenha a maior participação possível, porque nós entendemos que é uma  
2006 agenda urgente para o Brasil.

2007

2008

2009 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Mais ou  
2010 menos, você me interprete e corte a palavra se achar que eu estou redundando,  
2011 mas é rápido, Deusdará. Até por uma questão de consenso que a Patrícia e o (...)   
2012 falaram.

2013

2014

2015 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Matéria  
2016 votada e matéria superada. Com relação a isso, nós superamos a fase de  
2017 consenso.

2018

2019

2020 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Mas posso  
2021 dar uma sugestão? Se cada segmento possa fazer um seminário, uma audiência,  
2022 uma consulta à parte, e trazer esses elementos antes do final da consolidação e  
2023 passar para o pessoal do Ministério do Meio Ambiente que vai fazer essa  
2024 consolidação do material, se a sociedade civil quiser fazer um seminário  
2025 específico, o faça e entregue para o CONAMA, se nós da ANAMMA quisermos  
2026 fazer mais um seminário, proporcionar essa segunda porta de entrada para  
2027 ampliar o debate. É uma solução alternativa à demanda da sociedade civil.

2028

2029

2030 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Me  
2031 parece que isso uma atribuição, uma competência de cada um, cada agente de  
2032 câmara técnica recomendar esse tipo de comportamento. Está aberto desde que  
2033 começou o processo. Tudo bem. Mas, vale a sua lembrança. Nós temos uma  
2034 situação que nós não conseguimos superar na reunião passada, que eu acho que  
2035 é importante, no início na reunião, eu falei que teríamos que ter um momento  
2036 nosso importante da consulta pública eletrônica. Vale ressaltar que vários pontos  
2037 do consulta pública eletrônica, elas se referem a assuntos que já foram superados  
2038 no grupo de trabalho, eu citei até o exemplo da questão do registro. Então, salvo  
2039 engano são quantos, são oitocentos? É muita coisa repetida, deu uma  
2040 sistematizada, isso tem um programa no Ministério do Meio Ambiente, que ele é,  
2041 digamos assim, automatizado, você faz essa consulta via eletrônica, ele já leva  
2042 para um determinado banco de dados, formata uma tabela, quer dizer, não há  
2043 intervenção, não há manipulação do decisor discricionário, o próprio programa,  
2044 recebe aquilo, joga e gera um gráfico. Então, a pauta aprovada durante a parte da  
2045 manhã, é que déssemos uma olhada nesse resultado de consulta pública  
2046 eletrônica, mesmo sabendo que vários dos pontos que estão ali, já estão  
2047 superados. Então, o momento seria esse, se nós conseguíssemos finalizar isso no  
2048 dia de hoje, só para ressaltar o nosso acordo de convivência, amanhã, nós  
2049 faríamos uma leitura e tentaríamos limpar mais ainda o texto, se necessário for, eu  
2050 cheguei a colocar uma proposição acatada pelos senhores de fazermos um bate  
2051 bola de um para um, e gerar uma definição de qual texto que vai para o grupo de  
2052 trabalho, eu não quero chamar de votação, porque votação pode dar um caráter  
2053 definitivo de tomada de decisão sobre aquele item, na verdade não é esse objetivo  
2054 do bate bola, o objetivo é que texto nós levaríamos para o Grupo de Trabalho, e o  
2055 grupo de trabalho levaria para a audiência pública, para que pessoa possa se  
2056 manifestar em cima de algo mais limpo, mais claro. Correndo o risco, inclusive de  
2057 que se a consulta pública ou o grupo de trabalho entender que aquele texto  
2058 passou por um bate bola, ela possa vir a ser reformulado novamente na Câmara  
2059 Técnica de Controle Ambiental. Então, aquilo que nós decidirmos amanhã,  
2060 diferentemente das matérias votadas no dia de hoje, são decisões para auxiliar a  
2061 elaboração de um texto limpo para o Grupo de Trabalho.

2062

2063

2064 **O SR. FIDELIS JUNIOR MARTINS DA PAIXÃO (Argonautas)** – Senhor  
2065 Presidente, eu queria falar sobre a consulta eletrônica, nós abrimos aquele prazo,  
2066 um prazo exíguo, período de Carnaval, muito questionado e criticado por várias  
2067 pessoas de vários segmentos do Brasil inteiro, passou uma impressão muito ruim  
2068 de algo feito às escondidas, às escuras, no pagar das luzes do Carnaval, essas  
2069 foram as referências mais suaves que ouvimos por aí. E, no entanto, muitas  
2070 contribuições foram enviadas, não estou lembrado agora de cabeça o número,  
2071 cerca de oitocentas, e não foi apresentada uma sistematização dessas propostas  
2072 para o GT e nem para a Câmara, eu penso que é necessário haver uma  
2073 sistematização, uma apresentação, por exemplo, da junção daquelas propostas  
2074 em comum, que são mais ou menos parecidas, tem o mesmo sentido, da mesma  
2075 forma que nós fizemos em relação ao Grupo de Trabalho, as propostas que são  
2076 dissenso e aquelas que são, mais ou menos, na mesma direção. Eu acho  
2077 importante demonstrarmos um mínimo de respeito às pessoas que participaram  
2078 eletronicamente desse processo, preparando essa apresentação.

2079

2080

2081 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – É  
2082 exatamente isso que nós propomos a fazer agora, nós vamos ver as consultas, eu  
2083 só queria deixar claro que como é uma consulta eletrônica, o sistema divide em  
2084 uma tabela, tem uma sistematizada, mas é uma coisa, então a ideia é exatamente  
2085 isso, nós vemos agora as oitocentas consultas que foram feitas.

2086 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Deusdará,  
2087 posso pedir uma gentileza? Se é possível deixar ou no site, ou enviara para o e-  
2088 mail do grupo, pode ser zipado, as contribuições na íntegra. Já estão? Então está.

2089

2090

2091 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Já estão  
2092 lá. Então, tem uma coisa que, a ideia é, nós temos aí duas horas de reunião para  
2093 esse assunto, nós vemos logo quais são aquelas consultas eletrônicas que são  
2094 absolutamente fora do contexto, que existem situações como essas, ou são  
2095 consultas, são colaborações sobre assuntos já superados, e nós... E tem, na  
2096 verdade, o (...) está me lembrando aqui, tem muita coisa repetida, nós, na  
2097 verdade, não vamos trabalhar um número tão grande assim, e o que nós julgamos  
2098 sem maiores delongas, sem maiores debates, como algo que poderá ser  
2099 incorporado para ser discutido *a posteriori* no Grupo de Trabalho. Como eu vou  
2100 conseguir ler isso, eu não sei. Mas, se eu conseguir, eu passo no exame de  
2101 motorista. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Então, nós só vamos dar um  
2102 *zoom* onde tem contribuição. Me parece que só foi incorporada a palavra  
2103 federativa: considerando a necessidade de harmonizar ações administrativas dos  
2104 órgãos federativos. A do site está bruta, estão as oitocentas jogadas lá. Aqui deu  
2105 uma sistematizada. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Está funcionando o  
2106 Wi-Fi? Eu, por exemplo, não estou conseguindo usar o Wi-Fi. Considerando, me  
2107 parece que... São quantas páginas? Só 56. Considerando a necessidade de  
2108 harmonizar as ações administrativas dos órgãos federativos do Sistema Nacional



2109 de Meio Ambiente, SISNAMA, na execução da Política Nacional do Meio  
2110 Ambiente, em conformidade com as respectivas competências. Me parece que só  
2111 foi incorporada aí a palavra federativa. Bota ali CTAJ. Outra, considerando a  
2112 necessidade de estabelecer as definições foi taxada, as responsabilidades, os  
2113 critérios e as diretrizes gerais para o licenciamento ambiental e apresentação de  
2114 estudos ambientais, ambos os instrumentos da Política Nacional do Meio  
2115 Ambiente. Essa ementa já tem acordo? Essa ementa já está superada?

2116

2117

2118 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Deusdará, a minha proposta  
2119 seria, você colocou no início da reunião que teriam alguns pontos para serem  
2120 discutidos aqui nessa Câmara Técnica, ou serem, os pontos para serem  
2121 discutidos mesmo aqui na Câmara Técnica, e além disso, a minuta. A minha  
2122 sugestão é inverter a ordem, porque eu acho que vai ter esse trabalho aqui de  
2123 formiguinha, que é olhar um por um, e ao mesmo tempo vai ter item que nós  
2124 vamos discutir aqui, que, talvez, teria uma discussão, e que a própria discussão da  
2125 minuta nesse item específico já superaria, esse aqui é um que eu vejo, eu estou  
2126 falando com base na minuta fechada no GT, sem me posicionar, esse aqui é um  
2127 que no texto do GT já não existe mais. Então, seria um trabalho no texto do GT, e  
2128 esse aqui não seria. Então, nós abriríamos a discussão mesmo dos itens que  
2129 foram superados, ou não, isso não tem problema. Agora, em relação, aos itens em  
2130 discussão, eu acho que cabe colocar, colocar quais são e discutir.

2131 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Tem uma série de sugestões sobre a  
2132 definição de impacto ambiental, quando nós pegarmos todas essas definições,  
2133 comparamos para ver se melhora ou se não melhora, que aí já fica específico para  
2134 quando voltarmos o texto sobre a definição de impacto ambiental.

2135

2136

2137 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Todas  
2138 essas contribuições são de impacto ambiental? Tudo isso aí? Não são tantas  
2139 assim. Então coloca adiado. Coloca GT que nós já sabemos o que é. Esse  
2140 pontinho não tem jeito de ficar no quadrinho de cima, não é? Estudos ambientais  
2141 são todos e quaisquer operação, desativação, isso nós já tínhamos considerado.  
2142 Eu acho que é superado. Esse outro o que é?

2143

2144

2145 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Novas definições. As  
2146 definições que estão em leis específicas ou normas específicas não precisa de  
2147 constar aí, porque aí é para essa Resolução, para essa nós não vamos mudar o  
2148 que vales para área.

2149

2150

2151 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Mas aí são novas definições, Patrícia, por  
2152 exemplo, impacto ambiental.

2153

2154

2155 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É isso que estou  
2156 dizendo. O que estou dizendo sobre isso, estou dizendo que aquilo que já tiver  
2157 norma específica para definir não precisa ser incluído, porque não está se  
2158 mudando a definição dela por conta, é a mesma, área, avaliação especial  
2159 estratégica, zoneamento ecológico, que tenha, estou falando que tenha. A  
2160 primeira regra, as que tenha não inclua, porque vai incluir para quê? Porque não  
2161 está mudando. Agora, vamos ver os novos.

2162

2163

2164 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Definição tem que ser a  
2165 penúltima coisa a ser feita, a última é quando você fecha os considerando.

2166

2167

2168 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Você  
2169 pega o primeiro ali, degradação ambiental. Coloca lá GT.

2170

2171

2172 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Eu acho que essa questão de  
2173 definições, até foi falado isso no GT, eu acho que tem que ver o que vai ter dentro  
2174 do texto, e depois coloca na definição, porque senão vamos discutir, dar a  
2175 definição especificamente, se vamos discutir definições que não vão nem ser  
2176 aplicadas.

2177

2178

2179 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Então  
2180 coloca lá GT. Coloca GT ou CTCA, se nós do CTCA não estamos resolvendo,  
2181 imagine o GT.

2182

2183

2184 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Eu estou colocando em relação a  
2185 definição, a questão de não definirmos, a questão que eu acho que tem que ser  
2186 colocada depois de definido no texto, só.

2187

2188

2189 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – GT ou  
2190 CTCA? Artigo 3º.

2191

2192

2193 **A SRª. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – No Artigo 3º, nós já concordamos que  
2194 vamos colocar o texto da LC 140, no artigo 25, não é isso?

2195

2196

2197 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – A questão da órgão interveniente  
2198 está sendo discutida.

2199

2200

2201 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Na verdade, nós não chegamos a uma  
2202 conclusão sobre qual é o encaminhamento que vamos dar para isso, ainda está  
2203 em discussão. (...) é taxativo, é uma observação, não é uma contribuição para o  
2204 texto, talvez nos comentários, temos que ver se o texto está suficientemente  
2205 esclarecedor ou se precisa de mais alguma coisa.

2206

2207

2208 **O SR. MATEUS SALOMÉ DO AMARAL (MT)** – Isso é reflexo da própria proposta  
2209 de texto, não é taxativa, o comentário é reflexo dessa proposta de cima.

2210

2211

2212 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Então, temos que cuidar para que o texto  
2213 deixe claro e não gere dúvida, acho que todos esses comentários são em relação  
2214 à questão do anexo. Então, nós temos que pegar todos eles para considerar isso.

2215

2216

2217 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Esse é o  
2218 3º, § 2º. Está valendo para todos. Aquela supressão foram sugestões que  
2219 apareceram três vezes. Já é § 3º. Para no 2º.

2220

2221

2222 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Aí vem aquela questão da lista ser  
2223 terminativa ou não, e da possibilidade de complementação,

2224

2225

2226 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Uma coisa interessante  
2227 é que as próprias pessoas têm dúvidas, deram mais ou menos as mesmas  
2228 quantidades das mesmas dúvidas. Gente querendo, gente não querendo.

2229

2230

2231 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Em cima  
2232 do que nós estamos aqui em dúvida também.

2233

2234

2235 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Mas essa consulta aí, Patrícia, não é só  
2236 sociedade civil, se você olhar em contribuição, acho que a maior parte das  
2237 contribuições foram feitas por funcionários do próprio IBAMA, tem muito órgão  
2238 público aí, funcionário que apesar de ter posto assinado IBAMA, é ele pessoa  
2239 física.

2240

2241

2242 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Chegou  
2243 no meu e-mail a consulta, essa tabela aí. Eu recebi aqui. No meu chegou aqui,

2244 Consulta Pública sobre licenciamento, está chegando uma tabela de Word, ele é  
2245 um pouquinho pesado. Chegou aqui Fidelis, agora deixa-me ver se seu nome está  
2246 na lista. Marcar todos os 40 destinatários. Dione chegou, Mateus chegou. Pelo  
2247 menos aqui vão ter quarenta destinatários. O oito está superado. Exclusão oito  
2248 vezes, exclusão 18 vezes, exclusão 24 vezes, deve ser pedido para sair. Isso aí  
2249 está superado. Já botei, superado. Agora aqueles exclusão oito vezes, 18 vezes,  
2250 superado, 24 vezes, exclusão do trifásico, exclusão do unificado e licenciamento  
2251 por adesão e compromisso. Esse está superado. Oito vezes superado, 18 vezes  
2252 superado, e o 24 acatado. Acabamos com o registro.

2253

2254

2255 **A SRª. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Uma  
2256 observação aqui, é que vocês passaram um pouquinho rápido, só para voltar no  
2257 art. 5º, página 10. Ali em cima, quando se fala lá da matriz e das modalidades de  
2258 licenciamento, só lembrando que esse assunto não está superado, o município  
2259 tem uma proposta em que ele deseja escolher a modalidade de licenciamento dos  
2260 estudos ambientais.

2261

2262

2263 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Quando  
2264 nós falamos que está superado é o texto que ele apresenta, a proposta dele que  
2265 seja o Conselho. Nós já tiramos isso, está superado. Não?

2266

2267

2268 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2269

2270

2271 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Está  
2272 gravando ainda? Então é importante fazer esse registro.

2273

2274

2275 **A SRª. MARÍLIA CERQUEIRA (MMA)** – Só os encaminhamentos da nossa  
2276 análise. O que nós fizemos aqui? Cada uma das contribuições das consulta  
2277 pública, nós classificamos em superado, não se aplica, em discussão, para  
2278 avaliação, verificar etc.. Então, o que está superado e o que não se aplica, nós  
2279 podemos retirar desse material que foi consolidado aqui pelo CONAMA, o  
2280 restante, nós vamos ter que, cada vez que discutimos a resolução, naqueles  
2281 artigos pertinentes ao que ficou pendente aqui, verificar a sugestão de inclusão ou  
2282 não, se não se aplicar, nós retiramos e vamos para o bloco de não aplicáveis, e o  
2283 que for aproveitado, nós colocamos atendido ou superado, porque isso significa  
2284 um respeito a quem contribuiu, teve o trabalho de sentar lá no computador e fazer  
2285 propostas e tudo mais. É um trabalho cansativo, mas tem que ser feito, inclusive  
2286 em respeito a quem contribuiu conosco na consulta pública, é uma pena que não  
2287 tivemos a participação de todos os membros até o final da reunião.

2288

2289

2290 **A SR<sup>a</sup>. ANDREA CRISTINA DE O. STRUCHEL (Anamma Sudeste)** – Posso  
2291 pedir uma gentileza para a coordenação? Se possível, amanhã, encaminhar por e-  
2292 mail para nós, essa minuta aqui em papel, que é a última versão. Essa que vocês  
2293 limpam agora, que na próxima reunião nós conseguimos ler. E, outra questão  
2294 também, o quadro, ele é muito rico, e ele é muito adequado, porque ele remete as  
2295 propostas aos artigos que nós debatemos, mas seria possível disponibilizar os  
2296 textos integrais dessas consultas públicas? Não tem, só tem o quadro. Não, os  
2297 textos, o resultado da consulta pública. Então, vocês compilaram através de um  
2298 programa informacional, tudo que vocês receberam é uma tabelinha.

2299

2300

2301 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO - Presidente da CTCA (MMA)** – Bruto é  
2302 tudo repetido.